

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE-----

----- **ATA NÚMERO SEIS** -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

---- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e catorze, reuniu, no Auditório do Liceu Camões, na Rua Almirante Barroso, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Vitor Manuel da Cruz Carvalho e, na ausência do Segundo Secretário, pelo membro Damião Martins de Castro que a Senhora Presidente chamou para a mesa, com a seguinte ordem de trabalhos:

---- Ponto 1 – Intervenção do público; -----

---- Ponto 2 – Período Antes Da Ordem do Dia; -----

---- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº 5 da sessão anterior; -----

---- Ponto 4 - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2 do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;-----

---- Ponto 5 – Análise, discussão e votação da Revisão Orçamental; -----

---- Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Plano Plurianual de Investimento; -----

---- Ponto 7 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal; -----

---- Ponto 8 – Discussão e deliberação da proposta de ratificação do Protocolo com a CML – “Programa BIP/ZIP Lisboa 2014 – Parcerias Locais – Candidatura nº 97”;-----

---- Ponto 9 – Discussão e deliberação da proposta de ratificação do Protocolo de Cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);-----

---- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

---- **Do Partido Socialista (PS):** – Maria Alexandra Rebelo Amaro Neuphart, Pedro Manuel Dias Louro, Carlos Henrique Pinto Caixinha de Marques dos Santos, Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, António José Serzedelo da Silva Marques, Paulo Miguel Cabeçadas Ataíde Ferreira Coutinho e Maria Adélia Pinto Caixinha. -----

---- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Nuno Miguel Valentim de Sousa Vitoriano, Maria Manuel de Figueiredo Barroso Baía Afonso, Maria João Castanheira Afonso e João Francisco Borges da Costa. -----

---- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte. -----

---- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):** - Vitor Manuel Rosa Pinheiro. -----

---- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias. -----

---- **Do Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)** – Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes. -----

---- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

---- Joana Linda Domingos de Castro Correia, que justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Miguel Cabeçadas Ataíde Ferreira Coutinho; -----

---- Joaquim Ramos Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Adélia Pinto Caixinha; -----

---- Ana Luísa Cerveira de Mira Feio, que justificou a sua ausência e foi substituída por António José Serzedelo da Silva Marques;-----

---- João Mário Amaral Mourato Grave, que justificou a sua ausência e foi substituído por João Francisco Borges da Costa;-----

---- Ana Luísa Martins Pereira Mirra, que justificou a sua ausência e foi substituída por João Eduardo Coutinho Duarte;-----

----- Júlio Prata da Purificação Sequeira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Vitor Manuel Rosa Pinheiro; -----

----- Às vinte horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do Público;** -----

----- **Freguês Manuel Laureano** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Li nalguma imprensa que uma parte das arcadas da Avenida Almirante Reis está a ser ocupada pelos condomínios ou pelos senhorios e há alguns comerciantes que estão a fazer o mesmo. Eu pergunto se isto é legal e, não sendo legal, o que é que a Polícia Municipal faz. -----

----- A Avenida Almirante Reis tinha normas de reconstrução, uma delas obrigatória era a arcada e outras normas muito rígidas. Que eu tenha conhecimento, não houve alteração. Então, porque assistimos a isto?-----

----- Também sei que se o condomínio quiser fazer alterações tem que meter um projeto à Câmara. Eu pergunto: será porque as arcadas são abrigo dos sem-abrigo? É uma maneira de dificultar a proteção destes desprotegidos? -----

----- Já em tempos a Junta dos Anjos, como os sem-abrigo dormiam nos bancos de jardim junto à igreja, resolveu o assunto, tirando os bancos. Esta semana passei por lá para verificar isso e de facto é um jardim bonito, com canteiros, com árvores, com flores, sem bancos.-----

----- Vamos fazer como alguns ingleses em Londres, que implantaram pregos no chão onde dormiam os sem-abrigo? Vamos multar e prender quem é pobre, como faz pelo menos um país europeu que eu conheço, e pôr multas e prisão? Vamos chegar a esta situação desumana em que os seres humanos que têm um momento mau na vida vão ser perseguidos? -----

----- Esta gente precisa de ajuda e para isso a Junta, a Câmara e todos nós temos obrigações. Para isso é preciso criar locais onde possam dormir, fazer a sua higiene, lavar a sua roupa. Enfim, dar possibilidade de voltar a ter uma vida digna.-----

----- Eu tomo a ousadia de ler aqui um extrato de um blog que se chama “o que é o jantar?”, escrito pelo Senhor Jorge Soares, em que diz assim: -----

----- «Um dos problemas de quem vive na rua é que chegam a um ponto em que é muito difícil que voltem a ter capacidade de terem uma vida estruturada. Quanto mais tempo viverem na rua, mais difícil será que de lá saiam.» Há estudos que mostram que assim é e todos os que andam na rua a tentar ajudar estas pessoas têm consciência disto. Nesta sociedade cada vez mais empobrecida ninguém está livre de passar por estas dificuldades. -----

----- Peço: vamos ter respeito porque amanhã podemos ser nós.” -----

----- **Freguesa Maria Eduarda Monteiro** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como freguesa desta Junta quero relatar o seguinte e vou ser bastante breve: há algumas semanas fui dar um passeio pela recente Freguesia de Arroios, da qual só conhecia a zona de São Jorge, e dirigi-me para os lados do Campo de Santana, decidi fazer uma incursão pela zona envolvente à Embaixada de Itália. Deparei-me então com uma rua com um ar degradado, que não a única que encontrei mas vou apenas falar desta com o nome da Rua das Barracas, que até o nome me chocou. Zona de casas baixas pertencentes na sua maioria à Câmara Municipal de Lisboa, conforme verifiquei pelas placas em grande número das casas. -----

----- Estavam em estado geral de degradação e abandono, com um edifício grande que me pareceu uma fábrica em estado degradado e de abandono completo.-----

----- Continuando o meu passeio vi outra coisa que me chocou sobremaneira, uma rua cujo nome anotei, Rua Manuel Soares Guedes, onde os passeios estavam completamente

cobertos de carros e impedindo a circulação de peões, já não falando de deficientes motores ou de invisuais.-----

----- As duas situações não são novas para mim, já que há um imenso número de casas devolutas e em mau estado de habitabilidade na nossa Freguesia. Neste ponto gostaria que a reabilitação dessas casas, quer pertencentes ao Estado, Câmara ou Junta, quer a particulares, através de contactos individuais e acordos, fosse feita de forma a reabilitarmos a nossa Freguesia, que perdeu grande número de residentes. Dou o exemplo da Pena, que perdeu mais de um quarto de habitantes nos últimos treze anos e Arroios creio que 15%.-----

----- Com alugueres ou vendas a preços acessíveis a casais jovens, mas basicamente na base de alugueres, para equilibrarmos a faixa etária da Freguesia, que como sabem é maioritariamente idosa, e ainda conseguir que os lisboetas não sejam forçados a viver fora da sua cidade de origem. Lisboa também é cidade de origem de pessoas.-----

----- Vi igualmente a situação de prédios que estão no regime de “reabilite agora e pague depois”, o que me permite pensar que as pessoas precisam de verbas para estes casos, o que torna acessíveis apenas a determinados extratos de população que podem dispor de imediato do dinheiro para fazer ou têm acesso a créditos bancários, o que seguramente não é a maioria da população.-----

----- Ora, uma cidade habitada é sempre uma cidade mais segura e com mais vida.-----

----- Quanto à questão dos carros nos passeios, penso que não vale a pena falar muito sobre os inconvenientes deste estado de coisas, mas vou esperar que a Junta consiga o mais brevemente possível criar parques ou silos que respondam a esta situação. -----

----- Boa noite.” -----

----- **Freguês Miguel Oliveira** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu venho reportar duas situações, aliás já na sequência da minha intervenção na última sessão. -----

----- A primeira questão tem a ver com a vida nos extremos. Eu vivo na Rua Cidade de Cardiff e a Rua Cidade de Cardiff tem sido palco de um total menosprezo no que à limpeza diz respeito.-----

----- Chamo à atenção que desde março, desde o momento em que houve a transferência efetiva de competências da Câmara para as Juntas em termos da limpeza, que eu tenha detetado não foi feita uma única limpeza. Agora choveu e como é inclinado limpou bastante. -----

----- Há um problema que eu detetei em julho. A Junta de Freguesia da Penha de França limpou com um jacto de água a Rua da Penha de França, atirando o lixo para as ruas que estão a jusante, a Cidade de Manchester e a Cidade de Cardiff. -----

----- É inadmissível o estado de abandono daquela zona, pior porque não há ecoponto mais conspurcado do que fica na esquina da Rua da Penha de França com a Rua Cidade de Manchester.-----

----- Outra questão que eu também já falei, mas penso que a Senhora Presidente terá entendido mal porque só me foi dada resposta em relação ao Largo do Leão. Estou a falar das árvores. A Rua Jacinta Marto tem neste momento treze árvores cortadas. A Rua Pascoal de Melo tem dez árvores cortadas. A Rua Cidade de Liverpool tem duas árvores cortadas e agora, espante-se, até a zona onde elas estavam implantadas levou com pedrinhas em cima, parece que nunca lá estiveram antes. -----

----- Nas escadas da Cidade de Manchester, retiraram duas árvores, ficaram lá os tocos, tiraram os tocos, mas pelos vistos também cai pela base a tese de que não se tiram os tocos enquanto não houver árvores de substituição, porque os tocos já lá não estão e as árvores de substituição também não. São só alguns exemplos.”-----

----- **Freguês Frederico Guerreiro** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite Senhora Presidente desta Assembleia de Freguesia, boa noite a todos os presentes e também boa noite para os eleitores que mais uma vez não aderiram e ficaram em casa.-----

----- Deixa-me apreensivo realmente este auditório que nem a meio gás está, mas é uma decisão livre de todos os eleitores que não desejam participar ativamente nos destinos da nossa Freguesia de Arroios e nos seus problemas. Depois não digam mal, por favor, porque ao dizer mal têm depois pela frente o Frederico Guerreiro, que diz sempre “não têm direito de estar a dizer mal, porque não apresentam soluções e não estão presentes nas Assembleias de Freguesia, como também não estão presentes nas reuniões públicas de Executivo”.-----

----- Eu sei, Senhora Presidente, que pelo Regimento tenho dez minutos para a minha intervenção e não vou ultrapassar esses dez minutos.-----

----- Começo pelo problema que foi aqui apresentado da Avenida Almirante Reis e das respetivas arcadas. É um problema que não nasceu agora, precisamente há doze meses, nem há seis meses, nem há um mês, é um problema já com muitos anos.-----

----- Aconteceram episódios que não foram aqui ditos e eu desejo dizer neste momento a esta Assembleia. Aconteceram episódios na Avenida Almirante Reis, dentro das várias arcadas, de vandalismo gravíssimo, ao ponto de incendiarem lojas e portas de prédios residenciais.-----

----- Eu pergunto: o que é que é melhor para a nossa Freguesia? Permitir continuar a avançar o vandalismo, que não tem nada a ver com os problemas que foram aqui expostos, ou tomar medidas de quem trabalha no comércio local e de quem reside nos prédios. Portanto, o que é que é melhor? Deixar avançar o vandalismo ou é tomar medidas para poder diminuir o mesmo vandalismo?-----

----- Em relação às árvores também não foi dito aqui que ao longo destes anos, em pleno verão, sem chuva e sem vento, caíram em bom número árvores mortas na nossa Freguesia e não só, noutras Freguesias também aconteceu. Eu pergunto: é melhor realmente começar a tomar medidas de fundo para a substituição das mesmas por novas árvores ou não dizer nada e deixar continuar a acontecer o problema da queda das árvores?-----

----- Desejo informar esta Assembleia que só na Rua da Escola do Exército, concretamente há três anos, foram seis árvores que caíram, incluindo que destruíram vários automóveis que estavam estacionados na mesma rua e eu pergunto: é melhor continuar a deixar cair as árvores ou é melhor tomar medidas de fundo como estão a acontecer?-----

----- Para concluir desejo informar esta Assembleia de dois problemas graves, começando pelo problema grave na Rua das Barracas, do conjunto de barracos que existiam na mesma rua. Isto foi um problema que foi passando de mão em mão e nada foi feito.-----

----- Este atual Executivo, pela Presidência da Senhora Margarida Martins, sem ainda concluir um ano de atividade, depois de eu lhe ter mostrado uma vasta documentação escrita e visual, a Senhora Presidente Margarida Martins mais o Senhor João Veríssimo pegaram no problema, mas pegaram mesmo no problema a sério e o problema foi resolvido. Eu estou aqui para, de uma forma pública, primeiro dar os meus parabéns a todos os residentes da Rua das Barracas que tinham aquele grave problema e viram-se livres daquele grave problema.-----

----- A Rua das Barracas está completamente limpa de barracos e também está completamente limpa de um conjunto de várias lixeiras a céu aberto que ninguém nunca falou nas várias Assembleias. Não sei porquê, mas isso já me passa ao lado.-----

----- Também desejo informar que na Rua de São Lázaro, junto ao número 253, não existia iluminação em toda aquela área envolvente de espaço público. Foi uma longa caminhada por parte de alguns eleitores, também foi ao conhecimento da Senhora Presidente Margarida Martins e do Senhor João Veríssimo. A partir desta noite, todos os interessados que queiram ver, é um espaço público melhorado a nível de iluminação pública. As pessoas estão a deixar de ter medo de percorrer todo aquele passeio, porque metia medo, não tinha iluminação e passou a ter, concretamente há quatro dias. -----

----- Várias pessoas me encontraram na Rua de São Lázaro e quiseram-me dar os parabéns e eu disse que “não estou aqui para receber parabéns nem receber as devidas medalhas, estou aqui para confirmar toda a evolução da situação e os melhores parabéns que eu posso receber é ver realmente a população a perder o medo de percorrer aquele espaço público”. É um espaço público que tem um projeto para requalificação e está em marcha em grande velocidade. Posso informar esta Assembleia que o mobiliário urbano já vem a caminho. -----

----- Também desejo dar os parabéns a todos os residentes da Rua de São Lázaro.-----

----- Para concluir desejo publicamente dar os meus parabéns pelo envolvimento da Senhora Presidente Margarida Martins, que desde a primeira hora que eu lhe apresentei o problema pegou nele, fez contactos, às oito da manhã era a primeira pessoa a entrar nas instalações da sede da Junta de Freguesia, nove da manhã já estava no terreno, concretamente na Rua das Barracas e na Rua de São Lázaro.-----

----- A mesma mensagem partilho também com o Senhor João Veríssimo, que, como todos os presentes têm conhecimento, não é um elemento do Executivo a tempo inteiro dentro da Junta de Freguesia, tem as suas obrigações profissionais e ao fim de um dia de trabalho vem para a Junta de Freguesia trabalhar, por vezes às nove da noite e ainda sai das instalações da Junta de Freguesia e vai ter contactos com a população, como foi concretamente ao Beco de São Luís, mais Calçada de Santana, fez o Porta-a-Porta, ouviu a população e o problema de higiene urbana foi resolvido rapidamente. -----

----- A Calçada de Santana está muito mais limpa, coisa que não acontecia também há muitos anos para trás e o mesmo Beco também está totalmente limpo, coisa que também não acontecia há muitos anos atrás. -----

----- Também de uma forma pública desejo dar os parabéns ao Senhor João Veríssimo e com esta minha intervenção quero agradecer à Senhora Presidente desta Assembleia. Não tenho mais nada a dizer. -----

----- Boa noite a todos.” -----

----- Tendo terminado a intervenção do público, a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra á Senhora Presidente da Junta. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a Rua das Barracas tinha um projeto já com vinte anos, entregue a uma cooperativa que estava atualmente com o Património e havia um projeto para a essa rua. Era também importante as pessoas irem à parte histórica da Rua das Barracas e saber porque tinha aquela designação. Não era um nome agradável mas era uma questão de toponímia e às vezes não era fácil sensibilizar para que houvessem algumas alterações. -----

----- Ainda na semana anterior tinha falado disso com quem de direito sobre essa situação e com a Unidade de Intervenção Territorial, com quem tinha reuniões quase semanais e por vezes duas vezes por semana sobre alguns assuntos da Freguesia. -----

----- Disse-lhes que a Junta não tinha poderes, mas que podia trabalhar com a Câmara para a sensibilizar para muitas dessas questões que aconteciam. -----

----- Tinha tido conhecimento da Rua das Barracas em campanha eleitoral, fotografara-a sozinha e depois tinha sido chamada à atenção pelo Senhor Frederico e por outras

peças que lá viviam. Conseguira-se no corrente ano, ao fim de algum tempo, limpar situações muito degradantes na Rua das Barracas.-----

----- Existiam uns barracos onde havia núcleos não só de prostituição mas também de utilização de drogas, situações muito degradantes, até mesmo de pessoas que criaram uma casa debaixo de uma figueira.-----

----- Essa rua tinha uma série de edifícios que foram comprados e havia imensos projetos de pessoas novas que tinham propostas para a Rua das Barracas. Muitos delas compraram em conjunto com amigos num programa que a Câmara tinha, estavam a recuperar e era gente bastante nova, outras em pequenos apartamentos para depois fazerem venda.-----

----- Também havia ali situações de heranças que não estavam resolvidas e era muito difícil depois a Câmara poder resolver algumas dessas situações. Logo as primeiras casas do lado esquerdo quando se entrava na Rua das Barracas, era uma herança que não se podia resolver porque os senhores não tinham papéis legais, até queriam fazer uma doação à Câmara e não podiam porque não havia uma legalização desses papéis. Muitas dessas casas tinham sido entaipadas e podia dizer que a Câmara iria apresentar um projeto.-----

----- Havia negociações antigas com uma cooperativa e que estavam paradas. Para a tal fábrica, que segundo constava era fantástica, havia projetos até de gente nova para essa fábrica mas aquilo era uma propriedade privada e a Câmara teria que fazer a expropriação, se conseguisse. No entanto, esses edifícios estavam entregues a uma cooperativa havia cerca de vinte anos, que não tinha feito nada e, segundo informação que tinha da Câmara, iria começar a pegar no problema.-----

----- A Rua das Barracas era uma coisa que vinha sendo tratada dentro das possibilidades que a Junta de Freguesia tinha que era de sensibilizar a Câmara.-----

----- Na travessa sem nome tinha sido já colocado um gradeamento porque as pessoas eram assaltadas e estava a ser colocado um posto de iluminação, havia mais iluminação pedida para a Rua da Escola do Exército. A Junta podia sensibilizar mas as coisas não eram feitas no dia que se gostaria, mas a Rua das Barracas não estava nada esquecida desde a primeira hora.-----

----- Havia outros problemas na Freguesia e em sítios que as pessoas não conheciam, em bairros que precisavam de investimento como por exemplo o Pátio do Moca, outros nas ruas anexas à Calçada de Santana e uma série de situações que estavam mais esquecidas junto à colina e que se estava a tentar sensibilizar.-----

----- Era preciso as pessoas passarem informação e quantos mais emails enviassem com informações, mais a Junta conseguiria ajudar a mudar Arroios e a tornar Arroios um lugar mais desejado.-----

----- Em relação aos parques e silos, era impossível da parte da Junta fazer promessas. Não tinha terrenos e a única entidade que podia fazer alguns parques e silos era a EMEL. Podia dizer que para a zona do Intendente e parte de cima, na Rua da Bombarda com a Rua Maria da Fonte, estava em negociações com a Câmara um armazém, que tinha sido uma sensibilização da Junta, na Travessa do Maldonado nº 2, para que naquele local houvesse uma troca de terreno com a Câmara para que fosse feito ali um silo.-----

----- Havia outras zonas onde se estava a tentar, até com empresários, junto ao pólo de São Jorge de Arroios e junto a outros polos, que fossem feitos mais silos. Pelas conversações que vinham tendo com a EMEL e a sensibilização que era feita nesse sentido parecia haver alguma envolvimento, tanto da EMEL como do Património da Câmara, para que houvesse algum avanço nessas áreas.-----

----- Também iria haver um parque de estacionamento que devia ter começado até dezembro e estava atrasado por causa do projeto numa rua que tinha algumas dúvidas,

um parque junto ao Mercado de Arroios. Não era por baixo do Mercado de Arroios, em que no corrente ano entraria um PIPARU para requalificação desse mercado, mas ao lado do Mercado de Arroios onde iria haver um parque de estacionamento. -----

----- Outra das situações que se estava a tentar, que era algo que vinha desde a campanha eleitoral, era o Largo do Leão. Doía profundamente que o Largo do Leão estivesse completamente degradado e que não houvesse ainda um projeto. Teria que ser feito pela Câmara, pois a Junta tinha dinheiro para ir fazendo alguns trabalhos mas não tinha dinheiro para obras estruturais e tinha que trabalhar com a Câmara diariamente para que isso acontecesse. -----

----- Da parte da Junta de Freguesia havia um trabalho muito grande, em reuniões com a Câmara e até com outras entidades, para que houvesse uma mudança na Freguesia, quer as pessoas acreditassem ou não. -----

----- Sobre as árvores, as pessoas esqueciam que a maior parte dos cepos tinham sido deixados pela CML e que a Junta tinha tentado muito que eles fossem retirados. Só após a retirada desses cepos se poderia fazer alguma coisa. -----

----- Tinha-se feito um concurso para a poda de árvores e estava-se a fazer um concurso também para a retirada de cepos, mas era muito caro e tinha que se fazer por zonas. Era uma coisa que custava muito dinheiro e estava-se a tentar forçar a Câmara a retirar os cepos que deixara. Uns dias antes tinha ficado chocada com um cepo no Largo do Leão, no meio de uma passadeira, sendo que um senhor até se dava ao luxo de colocar uma mota junto ao cepo. -----

----- Estava-se a sensibilizar o Serviço de Ambiente da CML, até porque ainda na corrente semana tinha caído um grande tronco de uma árvore no Jardim Campo Mártires da Pátria. Foram retirados dois cepos cerca de duas ou três semanas antes, mas entretanto caíra uma grande parte de árvore e teriam que a deitar toda abaixo, porque estaria em risco na próxima chuvada ela cair sobre o quiosque. Tinha lá estado a ver a situação mas não era chegar e arrancar a árvore, era preciso um parecer do Ministério da Agricultura para que se pudesse arrancá-la. Apesar de se saber que ela estava em risco, era preciso um parecer, para depois a população não dizer que lhes tinham arrancado as árvores, que lhes estavam a tirar o pulmão verde.-----

----- A Junta não arrancaria nenhuma árvore, a não ser que houvesse realmente um parecer. Isso apesar de haver a consciência que ela precisava ser arrancada. -----

----- Sobre bancos, não tiraram bancos nenhuns. Na área social, tinham equipas de rua a trabalhar com outras entidades e iriam ter uma nova equipa de rua a trabalhar os sem-abrigo. Era uma das preocupações que a Junta tinha, mas também lamentava que os sem-abrigo servissem para dez instituições no mesmo dia e quase à mesma hora andarem a distribuir comida na rua, que a maior parte dela ia para o lixo.-----

----- No Largo de Santa Bárbara havia um centro para alimentação das pessoas. Estava-se em negociações para que houvesse um outro envolvimento com a Freguesia em relação ao “Casa”.-----

----- Era triste e lamentável muitas vezes a dádiva de comida, que se dava por dar e nem olhavam para as pessoas nem falavam com elas. Não se podia esquecer que 30% das pessoas que estavam na rua eram pessoas com problemas do foro psicológico e não era de um dia para o outro que se conseguiam tirar. Havia situações graves, por exemplo o caso de uma senhora que saíra da rua junto ao Jardim de Arroios e que infelizmente tinha voltado à rua, apesar de alguma sensibilização. -----

----- Tinha que ser um trabalho de equipas, era um trabalho com associações, com a Câmara Municipal e muito com o Vereador João Afonso, que era um homem extremamente atento, mas havia associações que achavam a esmola o mais importante, sem se tratar do problema. Criar uma Lei para que as associações não fizessem isso era

um pouco difícil, mas era triste que acontecesse, como no mesmo dia uma série de instituições a fazer o mesmo trabalho, sem haver trabalho de equipa e coordenado nessa área. -----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** disse que a higiene urbana, como se sabia, era uma área delicada, em que a Freguesia de Arroios era muito grande e muito diversificada e havia limitações, não ao nível de meios mecânicos, mas sobretudo ao de meios humanos. Nesse sentido, a Junta decidira reforçar pela segunda vez os meios humanos com mais dez elementos que estavam em fase de avaliação e já tinham entrado alguns novos, ainda que esses reforços demorassem algum tempo a surtir efeitos, porque tinham que aprender rotinas que muitos deles não conheciam. -----

----- Em relação ao que o freguês Miguel Oliveira tinha dito, realmente fora lá com ele e com a Beatriz depois do final da última Assembleia e testemunhara um cenário quase dantesco de lixo e falta de higiene generalizada. -----

----- Importava referir que a Rua Cidade de Cardiff estava numa zona limítrofe, em que parte da rua era Freguesia de Arroios e outra parte era Penha de França. Era inaceitável que o lixo limpo por funcionários da Penha de França fosse ter à parte de Arroios, isso não podia acontecer. Nesse sentido, iria tomar diligências para corrigir o problema. -----

----- Olhando para a calendarização de lavagens, tal como já tinha conversado com o Senhor Miguel Oliveira, e talvez pelo “puxão de orelhas” que tinha dado às pessoas da higiene urbana, tinha havido duas lavagens feitas em julho. Não sabia se tinham sido muito eficazes ou não, mas era incorreto que em agosto e setembro não tivesse havido lavagens, meses de calor e que pressupunham lavagens. -----

----- Iria novamente chamar à atenção dos funcionários e tentar junto da Freguesia da Penha de França alterar a situação para que deixasse de haver uma rua dividida a meio, o que não fazia qualquer sentido. Era esse o seu compromisso. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que as pessoas com uma atitude de cidadania podiam ajudar quando viam os vizinhos. Ainda há pouco tempo antes tinha passado numa rua onde estavam monos, tirara uma fotografia e enviara para a Câmara Municipal. No seu caso já tinha uma sensibilidade diferente, mas quando se via os vizinhos a porem monos e uma série de lixo na rua as pessoas achavam normal. -----

----- Podia dizer que na própria equipa da Junta havia pessoas que todos os dias andavam a fazer recolha de caixas, por vezes até em ruas que não pertenciam à Freguesia, mas que eram ruas divididas a metade. -----

----- Tinha mandado um email à freguesia da Penha de França, porque em frente a uma padaria que faz fronteira com Arroios havia cinco contentores de ecopontos completamente cheios mas as pessoas iam lá todos os dias pôr lixo e parecia que nenhum vizinho via isso, nenhum vizinho chamava à atenção. -----

----- A Junta não tinha polícias e nenhuma capacidade para ver quem estava a pôr o lixo, mas as pessoas que passavam na rua e que viam os vizinhos a fazer isso podiam chamar à atenção e mesmo informar a Junta. Havia pessoas que informavam a Junta, que por sua vez mandava a Polícia Municipal, até porque muitas vezes eram sacos de lixo de obras e sabia-se facilmente qual era o prédio que estava em obras. Quando apareciam dez sacos de lixo de uma obra, normalmente algum vizinho sabia a quem pertencia e mandava-se a Polícia Municipal, sendo essas pessoas autuadas e obrigadas a ter outra atitude. -----

----- Junto ao Largo do Intendente e à sua frente, uns dias antes, uma senhora saía de casa às dez da manhã e em vez de pôr o saco do lixo no contentor pusera num canto e estavam ali dois polícias. Abordara-a e tinha-lhe dito que havia um contentor para pôr o lixo, mas provavelmente no dia seguinte ninguém lhe chamava à atenção, nem a Polícia Municipal dizia nada. As pessoas achavam normal-----

----- Tinha passado na Passos Manuel e ficara perplexa porque depois da equipa ter feito uma varredura, passadas duas horas estava cheia de papéis numa determinada zona em frente ao Banco Espírito Santo, cheio de cartão e de papéis deitados pelas pessoas, quando tinha sido feita uma varredura de manhã. Sabia-se em que ruas as pessoas andavam todos os dias, que ruas estavam a lavar, mas havia outros trabalhos que tinham de fazer, até porque iria começar a cair as folhas das árvores. -----

----- Havia equipas a trabalhar de noite, havia mais pessoal, havia um encarregado que viera da Câmara e até se tinha dito à Câmara que a Junta aceitaria mais pessoal. Eram pessoas já formadas e era um pouco diferente chegarem pessoas através de contratos ou ter pessoas com formação. -----

----- Estava-se a trabalhar em conjunto com a Câmara. Havia uma equipa da Direção de Higiene da Câmara que trabalhava com a Junta diariamente, o Senhor Jorge Almeida e o Senhor Delfim. Ainda nesse dia o Liceu Camões estava com um problema gravíssimo e eles tinham ido tratar do assunto: o Liceu Camões estava com vespas em várias salas, ligaram para a Junta, que por sua vez ligara para a Câmara e eles foram tratar do assunto. -----

----- Quanto mais as pessoas fossem informando, mais a Junta sensibilizava para todas as ações, para não dizer que pressionava. Era muito mais fácil se os cidadãos informassem. O que não se podia era dizer que nada se fazia. -----

----- Na Rua Cidade de Cardiff tinha havido um acordo com a Penha de França. Havia ruas que muitas vezes as pessoas pensavam pertencer a Arroios e não pertenciam. Por exemplo a Damasceno Monteiro, do lado direito era Arroios e do lado esquerdo era São Vicente. Aí trabalhavam em conjunto, porque não iam ambos limpar as mesmas ruas, Arroios limpava essa e São Vicente limpava as escadinhas. -----

----- Na Rua de Torel, podia viver num prédio que era da Freguesia de Arroios e ir pôr o lixo na Freguesia de Santo António. -----

----- Podia ser que estivesse enganada, mas pelo que andava na rua e que era bastante pois começava a trabalhar às oito da manhã, sentia muitas diferenças a nível da higiene, via mais atenção e mais pessoal na rua a varrer, mas esse pessoal também tinha que ser formado e a Junta estava a formar mais pessoas para isso. Não era só pegar numa vassoura e começar a varrer, para essas áreas havia formação. Por exemplo em relação à lavagem era uma formação muito específica, não era qualquer pessoa que fazia uma lavagem da rua e às vezes não havia os técnicos todos para essas áreas, mas atualmente nos dois polos da Freguesia, tanto no Largo do Mastro como na Aquiles Monteverde, havia pessoas para lavar ruas. -----

----- Na Praça José Fontana quase todas as semanas se pintava o coreto. Até começar as aulas ainda se aguentava umas três semanas sem o coreto estar pintado. Ia-se fazer uma campanha de sensibilização com esses jovens, talvez quando a casa de banho estivesse com as obras feitas passasse a estar ali uma pessoa e ele deixasse de ser pintado. A parte que dava para o quiosque não era pintada, a parte que não dava para o quiosque era pintada e vandalizada todas as semanas, o que era impossível. Não havia equipas suficientes para essas situações todas e se as pessoas mandassem emails, mandassem informação, a Junta respondia. -----

----- Uma das coisas que se pedia às equipas era que também informassem dos problemas que apareciam. As pessoas andavam na rua e também tinham que ter uma formação para informarem onde estavam os buracos e outras situações, porque passavam todos os dias pelas ruas e tinham mapas para darem essa informação. -----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** reiterou a questão da cidadania que a Senhora Presidente da Junta referira, contando um exemplo que lhe ocupava algum tempo e que era o recorrente lixo na caldeira das árvores, nomeadamente na Rua Pascoal de Melo. Era uma coisa recente, mas para terem ideia do que se passava, tinha sido

obrigado a entrar dentro de um restaurante chinês porque o lixo estava escrito em mandarim e ir a um ginásio porque o caixote de lixo estava a horas impróprias na rua, quando deveria estar recolhido. As pessoas às vezes esqueciam-se de algum tipo de deveres, todos tinham que tentar estar em cima do acontecimento e sensibilizar aqueles que estavam a prevaricar. -----

----- **Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que o PCP tinha uma moção sobre o Serviço Nacional de Saúde, que em setembro tinha feito 35 anos de existência, e que entregaria à mesa para ser lida; -----

----- Tinha uma recomendação sobre o Jornal de Arroios. Já na Assembleia anterior se tinha colocado a questão sobre a apresentação desse jornal e voltava novamente a pôr essa questão. -----

----- Havia um esclarecimento a fazer sobre a placa da sede, assunto que fora falado na última Assembleia, e outras questões a pôr.-----

----- A placa da sede era um assunto que na última Assembleia talvez não tivesse ficado muito bem esclarecido para as pessoas que estavam nessa Assembleia, pelo que passava a ler: -----

----- *“Na última sessão desta Assembleia, realizada no dia 30 de junho, no ponto 6 – análise, discussão e votação da mudança da sede da Junta de Freguesia de Arroios, é referido pelo Secretário da Mesa da Assembleia, Senhor Vitor Carvalho que talvez a intervenção do meu camarada João Coutinho Duarte não estivesse dentro do assunto porque não tinha estado na última Assembleia. -----*

----- *Devo referir, e por isso apresento este esclarecimento, que eu estava presente. -----*

----- *Mais, o Senhor Vitor Carvalho tentou explicar, afirmando que o Executivo reconhecera que se tinha precipitado ao colocar uma placa e que poderiam pensar que o Executivo tinha tomado uma decisão extemporânea. -----*

----- *Em relação à intervenção do meu camarada, foi por ele dito que estava para apreciação da Assembleia um facto consumado e no Intendente já estava uma placa em latão com a referência à sede da Junta. O que é verdade, o meu camarada estava dentro do assunto. Mas vamos aos factos: -----*

----- *Na Assembleia de Freguesia realizada no dia 29 de abril de 2014 referimos a existência de uma placa bonita a dizer Freguesia de Arroios – Sede e levantámos a questão de a Assembleia de Freguesia ter aprovado por unanimidade, a 6 de dezembro de 2013, a sede Rua Maria da Fonte. -----*

----- *A Senhora Presidente respondeu que teria havido um excesso de zelo de marketing, disse que estava lá Sede mas era fácil de retirar e ficava só Junta de Freguesia de Arroios, enquanto não fosse à Assembleia. -----*

----- *No entanto, no dia 27 de junho, dia em que me desloquei ao Largo do Intendente para levantar a documentação para a Assembleia de junho, ou seja, antes da realização da última Assembleia a 30 de junho, onde iria ser votada a alteração do local da sede, verifiquei não só que a ilegalidade se mantinha, não tendo sido retirada a referência à Sede, como passou a ser uma placa de metal, continuando a referência da Sede.-----*

----- *As Assembleias são preparadas e a intervenção do meu camarada correspondeu à realidade dos factos. A intervenção do Membro Vitor Carvalho é que não foi no meu entender elegante e foi desajustada. -----*

----- *Esta questão poderá não ser relevante, mas indicia que em qualquer momento decisões da Assembleia possam vir a ser desrespeitadas. Por isso os eleitos do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia de Arroios querem manifestar o seu protesto pela intervenção do Secretário da Mesa da Assembleia, Senhor Vitor Carvalho, e manifestar o seu protesto não só à Junta por não ter emendado a situação, conforme*

prometido pela Senhora Presidente da Junta no dia 29 de abril, como ainda ter colocado uma placa definitiva antes da deliberação sobre a alteração do local da sede, o que representou um manifesto desrespeito por este órgão Assembleia de Freguesia de Arroios.” -----

----- Passando às questões que pretendia saber, nos documentos distribuídos não via qualquer alusão a esses assuntos e por isso perguntava qual o desenvolvimento à proposta feita pelos eleitos do PCP em dezembro de 2013 para a criação e publicação nos pontos de divulgação de um regulamento geral anual de atribuição de apoios a entidades de desenvolvimento local, fossem associações ou instituições de caráter cultural, desportivo, religioso ou social, fossem projetos de parcerias. -----

----- Também perguntar o ponto de desenvolvimento sobre a auditoria à ex Freguesia de São Jorge de Arroios. -----

----- **Membro Carlos Henrique Santos (PS)** apresentou a seguinte moção sobre o primeiro ano das eleições autárquicas na Freguesia de Arroios: -----

----- **MOÇÃO** -----

----- **“Sobre o 1º ano das eleições autárquicas na Freguesia de Arroios”** -----

“----- No momento em que se completou um ano sobre a realização, a 29 de setembro de 2013, das primeiras eleições autárquicas realizadas na nova freguesia de Arroios, os membros da Assembleia de Freguesia eleitos pelo Partido Socialista submetem a esta Assembleia, na sua qualidade de órgão deliberativo democrático do poder local representativo da população de Arroios, uma moção no sentido de congratular e de manifestar o seu reconhecimento pelo trabalho efetuado pelo Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, eleito nas mencionadas eleições, bem como por todos os funcionários dos três pólos. -----

----- Num ano em que, além das naturais dificuldades decorrentes da reorganização de 3 freguesias numa única Freguesia nomeadamente quanto a funcionários, uniformização de procedimentos, novas competências etc, este Executivo teve ainda de enfrentar obstáculos inesperados, nomeadamente de ordem financeira já discutidos nesta Assembleia. -----

----- Contudo, apesar de todos os constrangimentos, e – reafirma-se - em apenas um ano, o Executivo, não se limitou a arrumar a casa tendo mostrado também trabalho prolífico e de qualidade, em prol da população desta freguesia. -----

----- Não querendo sobrecarregar a Assembleia com dados que à mesma já foram atempadamente apresentados, nomeadamente através das informações escritas da Senhora Presidente da Junta, não queremos deixar de realçar, como meros exemplos da preocupação dos membros do Executivo, a reabilitação da Escola Leão de Arroios, a reabilitação do jardim junto ao Hospital dos Capuchos, o funcionamento das fontes do jardim Constantino e do jardim da Praça José Fontana, a abertura dos sanitários do jardim Constantino, a abertura de um centro de apoio aos sem-abrigo no Largo de Santa Bárbara, as obras no Mercado 31 de janeiro, a limpeza da Rua das Barracas, o sucesso da praia campo para as crianças e os seniores, etc., etc. -----

----- Apesar de todas as realizações mencionadas - entre muitas outras que seria fastidioso mencionar – o Partido Socialista congratula-se pelo facto deste Executivo ter ainda mais 3 anos de trabalho árduo pela frente, podendo-se, pois, esperar que muito mais será feito para melhorar as condições de vida da população da nossa freguesia. --

----- Existem contudo alguns aspetos que necessitam de redobrada atenção e que serão certamente desafios a vencer. Como exemplos nomeamos a higiene urbana e o espaço público, sendo que, no caso deste último, sabemos que as questões mais prementes são da competência da Câmara Municipal mas esperamos, naturalmente, que o Executivo faça a necessária pressão para resolver esta e outras questões. -----

----- Por último, mas não menos importante, gostaríamos de realçar e de agradecer o trabalho de todas as forças políticas sem exceção representadas na Assembleia de Freguesia pelas críticas construtivas, pelo seu zelo e pelos contributos que têm dado com várias ideias que o Executivo democraticamente tem acolhido, fazendo desta Assembleia de Freguesia um verdadeiro Fórum Democrático e um exemplo de como o contributo dos diferentes partidos pode, com cooperação, diálogo e trabalho construtivo, enriquecer o trabalho autárquico para que a Freguesia de Arroios possa proporcionar aos seus cidadãos todas as condições para que seja mais dinâmica, mais moderna e mais solidária. -----

----- À aprovação da Assembleia de Freguesia de Arroios reunida no dia 30 de setembro de 2014, os eleitos do Partido Socialista. ----- ”

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** começou por congratular todos pelo ano que estavam juntos a zelar pelas melhores condições de vida na Freguesia de Arroios e dizer que durante esse ano, embora algumas coisas não tivessem podido ser feitas, porque um ano era curto para o conseguir fazer, algumas das sugestões tinham sido acolhidas pelo Executivo e isso parecia indiciar um futuro próspero para todos. -----

----- Disse que tinha para apresentar uma moção e duas recomendações. A moção era relativa ao uso de contratos de emprego e inserção nas autarquias locais: -----

----- **MOÇÃO** -----

----- **Condenação pela utilização de Contratos de Emprego Inserção (CEI) e Contratos de Emprego Inserção + (CEI +)**-----

“----- Nos últimos anos, tem vindo a alastrar-se a utilização dos programas designados como sendo de “trabalho socialmente necessário”. Estas medidas foram sendo conhecidas por vários nomes sendo agora designadas como Contratos de Emprego Inserção (CEI) destinados a pessoas que recebem subsidio de desemprego e Contratos de Emprego Inserção + (CEI+) quando se destinam a pessoas que recebem rendimento social de inserção (RSI) ou pessoas que estejam desempregadas há pelo menos doze meses, integrem famílias monoparentais, vitimas de violência doméstica ou pessoas cujos cônjuges estejam desempregados.-----

----- Em traços gerais, o funcionamento destes programas é o seguinte: a colocação de trabalhadores ao abrigo de CEI e CEI+ é da responsabilidade do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Podem candidatar-se a receber estes trabalhadores as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS, as autarquias locais e os serviços públicos, devendo para tal manifestar o seu interesse junto do IEFP. Posto isto, o IEFP escolhe uma pessoa que tem obrigatoriamente que aceitar a colocação no CEI ou CEI+ sob pena de perder o subsidio de desemprego ou o RSI. -----

----- Apesar de estar previsto que as candidaturas apresentadas pelas IPSS, autarquias ou serviços públicos não poderem visar a ocupação de postos de trabalho, a verdade é que não é isso que tem vindo a acontecer: há um recurso sistemático a esta medida para suprir necessidades permanentes de mão-de-obra em vez de contratar estas/es trabalhadoras/es com os direitos e deveres inerentes ao trabalho por conta de outrem. -

----- Recorde-se que as pessoas contratadas através de CEI e CEI+ produzem trabalho quase gratuito para a entidade contratante, uma vez que tem que pagar apenas o transporte, o subsidio de alimentação e uma pequeníssima parte da bolsa mensal que o/a trabalhador/a recebe, no caso do CEI+. De facto, o/a trabalhador/a colocado/a através de um CEI recebe o subsidio de desemprego e uma majoração de 20% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), o que corresponde a 83,84 euros. -----

----- No caso de um/a trabalhador/a colocado/a através de CEI+, o pagamento corresponde ao IAS, ou seja, 419,22 euros por mês - um valor inferior ao salário mínimo nacional - sendo que a entidade contratante paga apenas 10% deste valor caso

seja uma IPSS e 20% se for uma entidade pública, sendo o restante pagamento assegurado pelo IEFP.-----

----- Como se constata, esta é uma modalidade muito atrativa para as entidades que podem assim ter trabalhadores/as a custo quase zero, exercendo funções que, na esmagadora maioria das vezes, são permanentes e não “serviço socialmente necessário”.-----

----- As pessoas que exercem funções através de CEI e CEI+ são, na verdade, trabalhadoras/es por conta de outrem para todos os deveres, mas são filhas de ninguém para os direitos; por exemplo, não têm direito às mesmas férias ou a ficar doentes mais de 15 dias ao longo de todo o tempo do CEI ou CEI+!-----

----- Atualmente são mais de 55 mil as pessoas que trabalharam no sector público ao abrigo de CEI e CEI+. Trabalham nas escolas, nos centros de saúde, tratam dos jardins das cidades, recolhem os resíduos urbanos, trabalham na segurança social, nas finanças, nos tribunais ou nos museus.-----

----- São mais de 55 mil pessoas que trabalham, têm horário de entrada e de saída, têm chefias, estão integradas numa equipa, têm posto de trabalho definido e funções atribuídas.-----

----- São mais de 55 mil trabalhadoras/es que criam legítimas expectativas de virem a ser contratadas, mas tal nunca acontece.-----

----- São mais de 55 mil pessoas que, conjuntamente com todas as outras pessoas desempregadas, têm direito ao trabalho com direitos e à dignidade no trabalho.-----

----- São mais de 55 mil pessoas que bem sabem que a expressão “contrato de emprego inserção” encerra três mentiras: não são contratos porque não há qualquer vínculo; não são emprego porque não pressupõem salário; não são inserção porque nunca são contratadas.-----

----- São mais de 55 mil pessoas que são mandadas embora quando o prazo acaba, trocadas pela próxima leva de CEI e CEI+.-----

----- Os CEI e CEI + constituem um abuso intolerável e uma legitimação da exploração de trabalhadoras/es com a qual não podemos contemporar. Está em causa a dignidade de quem trabalha. Está em causa a cidadania e a democracia.-----

----- Perante o exposto, o Grupo de Arroios do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida no dia 30 de Setembro de 2014, delibere:

----- Condenar a utilização de Contratos de Emprego Inserção e Contratos de Emprego Inserção+.

----- Defender que as necessidades de trabalho permanentes têm que corresponder a um contrato de trabalho permanente.-----

----- Defender a dignidade no trabalho.-----

----- A eleita do Bloco de Esquerda - Beatriz Gomes Dias.----- ”

----- Disse que as recomendações tinham sido de alguma forma respondidas durante o debate que resultara da intervenção do público, mas passava a ler:-----

----- RECOMENDAÇÃO-----

----- **Espaços Públicos, Espaços Verdes e Higiene Urbana - Rua das Barracas e Paço da Rainha**-----

“----- Na sequência das duas reuniões entre o Executivo da Freguesia e a CML, uma com o Vereador Carlos Castro específica sobre a Rua das Barracas e outra com as Arquitectas Rita Almada e Catarina Almada específica sobre a requalificação do Paço da Rainha, ambas realizadas no âmbito deste eixo de intervenção (Espaços Públicos, Espaços Verdes e Higiene Urbana) e na ausência de descrição sobre os conteúdos das mesmas, parece ressaltar a existência de um conjunto de ações tendentes a uma intervenção de fundo nesta envolvente.-----

----- Tendo em conta:-----
 ----- que grande parte do património imóvel da Rua das Barracas é propriedade da CML;-----
 ----- que grande parte deste património imobiliário se encontra devoluto e em acentuada degradação;-----
 ----- a existência de imóveis particulares também degradados e devolutos no mesmo arruamento;-----
 ----- especialmente a acentuada desertificação a que se assiste na zona do polo da Pena (perdeu mais de 25% da população entre os censos de 2001 e 2011);-----
 ----- a existência de um Programa de intervenção integrada para o eixo Almirante Reis e Colina de Santana, na esfera da Ação Social;-----
 ----- Por outro lado, gostaríamos de, no exercício do escrutínio democrático das práticas dos eleitos recomendar ao executivo:-----
 ----- a) o fornecimento das informações pertinentes sobre a natureza e, sobretudo, das decisões resultantes das reuniões mantidas com outros órgãos da administração local de importância para a freguesia.-----
 ----- Arroios, 30 de Setembro de 2014-----
 ----- A eleita do Bloco de Esquerda - Beatriz Gomes Dias ----- ”
 ----- Disse que essa recomendação tinha sido em parte respondida pela Presidente do Executivo da Junta de Freguesia, mas gostava que fosse relatado com maior precisão quais os projetos existentes para essa zona, Rua das Barracas e Paço da Rainha, e também o projeto existente para a Colina de Santana.-----
 ----- Outra recomendação estava relacionada com a higiene urbana. O BE fizera uma moção aprovada na última Assembleia de Freguesia e nesse sentido apresentava uma campanha de sensibilização e de informação que considerava urgente. Essa campanha visava o reforço da cidadania que já fora anteriormente referida, quer pela Presidente do Executivo, quer pelo Vogal João Veríssimo.-----
 ----- Apresentou a seguinte:-----
 ----- **RECOMENDAÇÃO** -----
 ----- **Higiene Urbana – Campanha de Sensibilização e Informação** -----
 ----- “----- Considerando que:-----
 ----- a) O sector da recolha e tratamento de resíduos tem uma importância central na sociedade, com serias implicações na saúde pública e no ambiente;-----
 ----- b) A recolha de resíduos constitui uma atribuição essencial das juntas de freguesia, ao ponto de serem considerados serviços públicos essenciais, cuja manutenção importa assegurar;-----
 ----- c) decorridos cerca de meio ano sobre a transferência efetiva de responsabilidades e de meios materiais (muitos dos quais inoperacionais, degradados e desajustados face às necessidades efetivas) e de recursos humanos (em número claramente insuficiente para as exigências de intervenção no território);-----
 ----- d) a situação longe de se ter normalizado se tem vindo a agravar, com efeitos fortemente negativos ao nível da salubridade e da higiene dos espaços públicos;-----
 ----- e) não se concretiza a coordenação entre a Junta de Freguesia de Arroios e as Juntas de Freguesias Limítrofes (designadamente Penha de França, São Vicente, Santo António e Santa Maria Maior) para as ações de Higiene e Limpeza dos arruamentos partilhados;-----
 ----- f) as ações de mera informação escrita têm tido pouco efeito sobre as práticas dos fregueses e são insuficientes para a manutenção de hábitos de cidadania aceitáveis;-----
 ----- g) o serviço de “Recolha de Monstros” da CML tem vindo a reduzir de forma drástica a sua qualidade (muitas vezes nem o telefone é atendido e a data de recolha

não é transmitida), impossibilitando os munícipes de fazer uma boa gestão da recolha de resíduos que não são nem lixo doméstico nem passíveis de colocação nos eco-pontos;

----- Recomenda-se ao Executivo da Junta de Freguesia de Arroios: -----

----- 1) a realização de ações de coordenação inter-freguesias de recolha e limpeza de resíduos e dos arruamentos de forma concertada e abrangente; -----

----- 2) a afixação, nos pontos de informação da junta, do calendário de limpezas das ruas; -----

----- 3) a realização de uma campanha de informação e sensibilização em toda a freguesia com o envolvimento de todos os atores locais coletivos e individuais no sentido da co-responsabilização pela higiene urbana e saúde pública no que aos resíduos diz respeito; -----

----- 4) publicitar na página da junta de freguesia as regras de recolha de resíduos sólidos; -----

----- 5) instar a CML no sentido de repor a qualidade e eficácia do serviço de recolha de monstros existente no passado; -----

----- 6) instar a CML no sentido de aumentar a frequência de recolha dos eco-pontos, já que se verifica que a atual é manifestamente insuficiente. -----

----- Arroios, 30 de Setembro de 2014 -----

----- A eleita do Bloco de Esquerda - Beatriz Gomes Dias ----- ”

----- Disse que queria acabar a sua intervenção dizendo que embora a Presidente do Executivo tivesse afirmado que considerava uma melhoria na higiene urbana ao longo dos meses e que o empenho se vinha manifestando numa maior limpeza das ruas, lamentava mas tinha que discordar. Havia ruas limítrofes, e daí a recomendação, que continuavam em território de ninguém e a não ser tratadas. A salubridade da Freguesia continuava muito aquém do desejado e continuava a haver imenso lixo na rua, imensos objetos de grandes dimensões que não eram recolhidos. -----

----- Embora os cidadãos pudessem ser formados e informados das regras de recolha, a recolha continuava a ser um problema. Tornar a Freguesia agradável também passava por torná-la transitável e em muitos locais ela não era. Não se podiam esquecer que havia pessoas com mobilidade reduzida, mães com carrinhos de bebé e havia locais na Freguesia onde não se conseguia transitar, quer fosse pelos carros que estavam estacionados nos passeios, quer fosse pelos caixotes de lixo não recolhidos ou o próprio lixo que era depositado indevidamente nas ruas da Freguesia. -----

----- Era importante pensar numa estratégia eficaz para resolver esse problema. -----

*----- **Membro Maria João Afonso (PSD)** apresentou o seguinte: -----*

*----- **VOTO DE PESAR** -----*

“----- Faleceu no passado dia 8 de Setembro, aos 48 anos, Ana Cristina Freitas, funcionária da Junta de Freguesia dos Anjos há mais de 2 décadas, sendo atualmente funcionária da Junta de Freguesia de Arroios. -----

----- Nasceu, cresceu e viveu nesta zona da cidade onde sempre manteve uma estreita relação com as suas gentes e os seus problemas. Sempre na busca das melhores soluções. -----

----- Prestou serviço na Junta de Freguesia dos Anjos, desempenhando ao longo dos anos empenhadamente várias funções, destacando-se o seu contributo para a execução dos primeiros CENSOS realizados no país, possível pelo seu profundo conhecimento da comunidade onde se inseria e pelo gosto que tinha no seu trabalho. -----

----- Foi destacada durante vários anos para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens onde se destacou pela sua capacidade de trabalho e profissionalismo, numa área de reconhecida sensibilidade e delicadeza. Demonstrando um voluntarismo raro e apenas explicável pela importância que atribuía aos valores da família. -----

----- A morte prematura de Ana Cristina Freitas constitui uma perda para a Freguesia, para a Comissão a que tanto se dedicou e para toda a comunidade de um modo geral. -
----- Os representantes do PSD e do CDS na Assembleia de Freguesia de Arroios, endereçam à sua família e amigos o seu sentido pesar, manifestando-lhes total solidariedade. -----

----- O Grupo do PSD e o Grupo do CDS na Assembleia de Freguesia de Arroios propõem que esta Assembleia, na sua reunião de 30 de Setembro de 2014, delibere: ---

----- 1) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Ana Cristina Freitas, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- 2) Remeter o presente voto de pesar à sua família; -----

----- 3) Publicar o presente voto de pesar na próxima edição da publicação da Freguesia. -----

----- Lisboa, 29 de Setembro de 2014 ----- ”

----- Disse que o voto de pesar era assinado pelo PSD e pelo CDS mas podia ser subscrito por quem entendesse fazê-lo. -----

----- **Membro Ana Pocinho Antunes (PAN)** disse que tinha uma moção para apresentar sobre o tema da EMEL. -----

----- **MOÇÃO** -----

“----- A nossa moção tem a ver com entrada da EMEL no território da antiga freguesia dos Anjos, atual Freguesia de Arroios, partes das antigas freguesias da Pena e São Jorge de Arroios. -----

----- Perante a inevitabilidade desta ação concretizada pela CML, sem que tivesse havido, sequer, um estudo prévio sobre o interesse da população por este tema, resolvemos apresentar esta moção, que no caso de ser aprovada, pode ser dirigida à CML, refletindo a nossa preocupação com os fregueses, acima de cores partidárias.----

----- Pela consulta e respostas que obtivemos da população com quem trocamos ideias diariamente, deparámo-nos com um grande número de pessoas que não ficariam satisfeitas com a eventual imposição da entrada da EMEL nesta zona. -----

----- O que irá acontecer é que, não tendo sido estudada, previamente, uma solução para o estacionamento na freguesia, vai ser imposta, mesmo aos atuais residentes, uma nova taxa (cerca de 12 euros anuais), para podermos usufruir de um direito que já temos, em troca de nada. -----

----- Aliás, quando agora os donos das viaturas não conseguem estacionar nas suas ruas, procuram outras em redor. Com a EMEL, caso o residente não consiga o feito de encontrar um lugar no local designado pela empresa, na respetiva zona, e tiver de estacionar a viatura noutra local, terá de pagar pelo estacionamento. -----

----- No que respeita ao comércio local, o problema é tão ou mais grave: se o mesmo já se ressentia da crise e da fraca procura dos consumidores, havendo EMEL paga na zona, o mesmo comércio sofrerá perdas significativas de negócio. -----

----- Mais: Tratando-se de uma freguesia marcadamente envelhecida, creio que a introdução de pagamento, para o estacionamento de viaturas, irá abreviar ou mesmo impedir, cada vez mais, as visitas dos familiares aos residentes, o que, para além das implicações a nível relacional e familiar, terá certamente consequências nefastas na desejada dinamização do comércio e restauração locais. -----

----- Sobre a taxa de 12 euros, imposta para a obtenção de certificado de residente, não obstante a alegação de que é um valor irrisório, sabemos que, para muitas famílias, não o é. Representa, isso sim, mais uma despesa anual, no já magro orçamento da esmagadora maioria das famílias, que não usufruem de rendimentos confortáveis. E creio que todos conhecem as dificuldades económicas, por que passam muitos moradores da nossa freguesia. -----

----- Outro argumento para a entrada da EMEL na freguesia é o de que isso resolverá o problema do estacionamento, pois, quem estaciona na zona, durante o dia, alegadamente, não mora cá, e assim ganhar-se-iam lugares (mas durante o dia).-----

----- Verifica-se, porém, que também este argumento não colhe, porquanto é sabido que o grave problema de estacionamento se verifica, com particular incidência, a partir do final da tarde, quando os residentes regressam do trabalho. A essa hora, já estaremos fora do horário de pagamento, o que, bem vistas as coisas, acabará por não se traduzir em mais estacionamento disponível para quem cá mora.-----

----- Aliás, sendo uma zona da cidade em desenvolvimento, nomeadamente na zona do Intendente, começam a proliferar cada vez mais bares, discotecas, esplanadas, restaurantes, cafés, abertos até tarde, atraindo dezenas/centenas de clientes que vêm de carro e poderão estacionar em qualquer local, sem pagar qualquer taxa, e impedindo os residentes de ter acesso a esses lugares, alegadamente disponíveis, sem solução alternativa.-----

----- Uma outra questão que se nos levanta, é o porquê de ser a EMEL a praticar esta função, e não qualquer outra empresa, que poderia apresentar outro tipo de soluções, até mais viáveis, para a população da freguesia.-----

----- Perante tudo isto, e perante a decisão unilateral da CML em ter a EMEL na zona, propomos:-----

----- Identificação e certificação dos residentes e familiares diretos (ascendentes e descendentes), como possuidores de títulos de estacionamento na zona.-----

----- Zona de estacionamento alargada para residentes e familiares diretos (toda a atual zona da antiga freguesia dos Anjos)-----

----- Isenção ou redução de pagamento para todos os moradores que já cá residam, e sejam carenciados, à entrada da EMEL na zona. (Já cá estavam antes da entrada da mesma, e não deveriam, no nosso ponto de vista, pagar qualquer taxa, para terem acesso a um direito que já lhes assiste).-----

----- Criação de zonas de estacionamento exclusivas para residentes e comerciantes.---

----- Criação de parques de estacionamento exclusivos para moradores e outro tipo de soluções, para poder assim alargar o espaço envolvente para os que vêm visitar a freguesia.-----

----- O aumento do número de transportes públicos na zona (autocarros e elétricos), bem como o aumento das carruagens do metro e uma diminuição do tempo de espera do mesmo. Para complementar, e também muito importante, um maior policiamento nos transportes públicos, visto que estes são usados frequentemente pelos larápios, criando um ambiente de medo à população e assim evitando que a população utilize os mesmos.

----- Resta dizer mais uma vez, no final, que a nossa preocupação é com os residentes e trabalhadores na freguesia, e é por isso que aqui estamos, para defender os interesses de todos, acima de interesses partidários.-----

----- O núcleo PAN da JF Arroios.----- ”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que a Freguesia dos Anjos já não existia, pelo que isso deveria ser alterado na moção.-----

----- **Membro Vitor Pinheiro (CDS-PP)** chamou a atenção para a ausência de resposta a um pedido que fez da cedência das instalações da Junta de Freguesia...-----

----- **Membro Maria Alexandra Neuphart (PS)** disse que em particular na zona dos Anjos não se conseguia estacionar. Claro que para as pessoas que habitavam e trabalhavam na zona dos Anjos, isso não era um problema, mas para quem todos os dias tinha que sair com o carro por razões profissionais era dramático. Não só não conseguiam estacionar os carros, como também não conseguiam ter visitas de familiares,

porque as pessoas diziam muitas vezes que gostavam de ir lá a casa mas estavam meia hora ou uma hora para estacionar o carro.-----

----- Só a título de exemplo, o seu pai tinha oitenta anos, felizmente ainda conduzia e estava ótimo, e dizia que essa zona era um inferno para estacionar, logo havia de ter duas filhas e as duas moravam nessa zona. Não conseguia visitá-las porque era dramático estacionar.-----

----- Dizer que a maior parte dos habitantes da zona dos Anjos eram contra os parquímetros, isso parecia-lhe um exagero. Era importante para as pessoas, era importante para os moradores individualmente e era ainda mais importante para a dinamização da Freguesia. As pessoas não podiam ir fazer compras à zona.-----

----- Mesmo à noite, com a zona do Intendente atualmente tão dinâmica, era dramático. Uma pessoa que fosse de carro não conseguia estacionar. Alguém dizia que as pessoas iam ocupar os lugares que estavam disponíveis, mas dissessem quais eram os lugares que estavam disponíveis na zona.-----

----- Era só isso que queria dizer, era abusivo dizer que as pessoas não queriam parquímetros.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que queria fazer um comentário relativamente à moção apresentada sobre a EMEL.-----

----- Era extremamente importante pensar-se no conforto das pessoas que tinham carros e no modo como essas pessoas viviam a cidade, mas também tinham que pensar que a cidade não era para os carros. Não lhe parecia que essa reflexão sobre a importância de ter espaços para estacionar os carros fosse o aspeto mais relevante da vivência cordial e satisfatória na cidade.-----

----- O que era extremamente importante no momento atual que se vivia era pensar em outras formas de consumo. Pensar numa reivindicação de sistemas de transporte adequados, bem articulados e que funcionassem, parecia muito mais proactivo no momento atual, com a sustentabilidade que precisavam imprimir nas vidas nas cidades, do que estar a pensar na relação existente entre uma empresa que cobrava locais de estacionamento e a satisfação da qualidade de vida das populações que não podiam estacionar os carros.-----

----- Era extremamente importante pensar-se na questão dos carros, mas numa perspetiva de os tirar da Freguesia, de os tirar de cima dos passeios. Não era, na sua opinião numa perspetiva de encontrar mais lugares de estacionamento ou impedir que o estacionamento fosse pago. O estacionamento pago podia ser uma forma de dissuadir o uso do carro.-----

----- Em simultâneo com o estacionamento pago devia-se exigir com vigor e de uma forma muito marcada, sem nunca desistir, um sistema de transportes articulado que permitisse uma boa vivência na cidade.-----

----- **Vitor Carvalho, Primeiro Secretário da Mesa,** leu a seguinte moção apresentada pelo PCP:-----

“----- **MOÇÃO** -----

----- **Em defesa do Serviço Nacional de Saúde, uma das mais importantes conquistas da Revolução de Abril**-----

“----- *O Serviço Nacional de Saúde, (SNS), nasceu em 1979 num contexto político claramente influenciado pela Revolução de Abril criando um serviço integrado, global e para todos.*-----

----- *Um dos grandes méritos do SNS é proporcionar acessibilidade aos cuidados de saúde para todos, independentemente das condições sociais e económicas de cada um.*-----

----- *A Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 64º, proclama que “todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover” e explicita que o*

direito à proteção da saúde é realizado “Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”. -----

----- Numa clara afronta aos direitos constitucionais dos portugueses, os governantes tudo têm feito para destruir o Serviço Nacional de Saúde. Entre 2009 e 2012, a despesa pública com a saúde sofreu um corte superior a 1.700 Milhões de euros, em termos nominais porque, em termos reais, foi superior (passou de 6,9% do PIB em 2009 para 5,9% do PIB em 2012).-----

----- A redução de 1.667 Milhões de euros na despesa com o Serviço Nacional de Saúde, entre 2010 e 2014, passando, de acordo com dados do Ministério da Saúde, de 9.710 Milhões de euros para 8.043 Milhões, mostra a intenção clara de destruir o Serviço Nacional de Saúde, através do estrangulamento financeiro.-----

----- Entre 2010 e 2014 as transferências do Orçamento de Estado para o SNS e para os hospitais EPE foram reduzidas em mais de 14%, enquanto que, para os hospitais privados (PPP’S), aumentaram mais de 160%.-----

----- Como consequência da política de cortes na despesa pública, Portugal é o 3º País da OCDE onde as despesas das famílias com a saúde mais cresceram entre 2000 e 2011, sendo que já em 2009 se situava no 4º lugar (4,2% do seu orçamento quando a média dos países da OCDE era de 3,2%).-----

----- A redução do número de profissionais, o recurso aos contratos de prestação de serviços de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde e a sua contratação através de empresas de trabalho temporário, contribuem também para a degradação do Serviço Nacional de Saúde.-----

----- O número de enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde é manifestamente insuficiente enquanto milhares destes profissionais continuam no desemprego e muitos emigram por falta de emprego.-----

----- Portugal continua a ser um dos países da OCDE em que a despesa pública com cuidados continuados é mais baixa.-----

----- Apesar dos duros golpes que o têm atingido, as lutas das populações em defesa do SNS, contra o encerramento de centros de saúde, maternidades e hospitais, pela colocação de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde, que respondam às necessidades reais, entre outras, foram determinantes para que este tenha resistido 35 anos à ofensiva levada a cabo.-----

----- Assim, os eleitos do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios na sua reunião de 30 de Setembro de 2014, delibere:-----

----- 1. Saudar o 35º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde;-----

----- 2. Apoiar as lutas das populações na defesa do direito constitucional à proteção na saúde;-----

----- 3. Apoiar as lutas dos profissionais da área da saúde, pela dignificação das suas profissões, em defesa do SNS e das populações que a ele recorrem;-----

----- 4. Repudiar as medidas do governo, que põem em causa a universalidade da prestação dos cuidados de saúde consagrada na Constituição da República Portuguesa, e que promovem a degradação do SNS para continuar a abrir as portas aos privados; -

----- Os eleitos do Partido Comunista Português-----

----- Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda-----

----- João Eduardo Coutinho Duarte.----- ”

----- Seguidamente, leu a seguinte recomendação apresentada pelo PCP:-----

RECOMENDAÇÃO-----

“----- Seguindo o previsto, foi distribuído à população o nº.02 – Julho 2014 do Jornal de Arroios.-----

----- Consideramos que a função do jornal deveria ser: -----
 ----- Divulgação das ações exercidas pelo executivo da Junta de Freguesia; -----
 ----- Divulgação e informação sobre as atividades e serviços ao dispor dos moradores;
 ----- Divulgação das Instituições sociais, culturais e desportivas da freguesia, assim
 como das associações de moradores, de pais ou outras; -----
 ----- Denúncia das situações lesivas para os fregueses ou que possam, no futuro, lesar
 como por exemplo a perspectiva do encerramento dos Hospitais da Colina de Santana, o
 encerramento da Esquadra de Arroios, carências económicas e sociais vividas e
 conhecidas da Junta assim como da situação cada vez mais observada do encerramento
 de empresas e estabelecimentos comerciais, devido à escassez da procura, esta
 motivada pela redução dos rendimentos das famílias, ao brutal aumento das rendas
 comerciais e à concorrência pelas grandes superfícies com o esmagamento dos preços;
 ----- Estas razões bastam para se perceber a importância que um Jornal da Junta de
 Freguesia deveria representar para a população. -----
 ----- Na Assembleia de Freguesia de Junho, após a distribuição do nº.01 do jornal,
 levantámos algumas questões, nomeadamente, sobre o seu formato, e porque não foram
 tidas em consideração voltamos a relembrar as questões: -----
 ----- 1 – Formato: Desajustado pelo seu tamanho, não maleável, cartolina com
 dificuldade de dobragem: -----
 ----- De leitura pouco fácil; -----
 ----- Dificuldade de meter nas caixas de correio; -----
 ----- 2 – Distribuição: A sua distribuição foi, nalguns casos, feita de modo inadequado
 devido ao seu formato e, noutros casos, os jornais foram mesmo deixados à entrada dos
 prédios: -----
 ----- Forma ineficaz de distribuição que nalguns casos não atingiu o objetivo: chegar às
 mãos da população; -----
 ----- 3 – Custo: A primeira tiragem foi de 30.000 exemplares, a segunda de 27.500.
 Quais os custos? O papel, o design, a forma gráfica, denotam um custo que pensamos
 desajustado para que os objetivos sejam cumpridos; -----
 ----- Custo oneroso; -----
 ----- Os eleitos do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia de Arroios
 recomendam ao executivo que seja estudado um novo formato, acessível, de fácil leitura
 e maleabilidade e com redução de custos. -----
 ----- Arroios, 30 de Setembro de 2014 -----
 ----- Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda -----
 ----- João Eduardo Coutinho Duarte ----- ”
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções,
 submeteu à votação o **ponto 1 da Moção apresentada pelo PCP “Em defesa do
 Serviço Nacional de Saúde”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**,
 com 17 votos a favor (9 PS, 4 PSD, 2 PCP, 1 BE e 1 PAN) e 1 abstenção (CDS-PP).-----
 ----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção apresentada pelo PCP “Em defesa do
 Serviço Nacional de Saúde”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por
 unanimidade**. -----
 ----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção apresentada pelo PCP “Em defesa do
 Serviço Nacional de Saúde”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**,
 com 14 votos a favor (9 PS, 2 PCP, 1 BE, 1 PAN e 1 PSD) e 4 abstenções (3 PSD e 1
 CDS-PP). -----
 ----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Moção apresentada pelo PCP “Em defesa do
 Serviço Nacional de Saúde”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**,

com 11 votos a favor (7 PS, 2 PCP, 1 BE e 1 PAN), 5 votos contra (4 PSD e 1 CDS-PP) e 2 abstenções (PS).-----

----- Submeteu à votação a **Moção apresentada pelo PS “Sobre o 1º ano das eleições autárquicas na Freguesia de Arroios”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (9 PS e 1 PAN) e 8 abstenções (4 PSD, 2 PCP, 1 CDS-PP e 1 BE).-----

----- Submeteu à votação a **Moção apresentada pelo BE “Condenação pela utilização de Contratos de Emprego Inserção (CEI) e Contratos de Emprego Inserção + (CEI +)”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (6 PS, 2 PCP, 1 BE, 1 PAN, 1 PSD), 3 votos contra (2 PSD e 1 CDS-PP) e 4 abstenções (3 PS e 1 PSD).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que iria colocar à votação o Voto de Pesar apresentado por PSD e CDS, informando que as restantes forças políticas representadas na Assembleia também se associavam e subscreviam.-----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **Voto de Pesar relativo a Ana Cristina Freitas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Moção apresentada pelo PAN sobre a EMEL**, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com 10 votos contra (9 PS e 1 BE), 1 voto a favor (PAN) e 7 abstenções (4 PSD, 2 PCP e 1 CDS-PP).-----

----- (Neste momento a Assembleia, de pé, prestou um minuto de silêncio em memória de Ana Cristina Freitas)-----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº 5 da sessão anterior;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que havia um lapso nas presenças, porque o pedido de substituição da Membro Maria João Afonso tinha chegado depois da funcionária fechar o computador, não tendo sido também considerado na Ata. Essa situação seria retificada e seria dada como falta justificada.-----

----- Em relação à intervenção do Membro Damião Castro, ele tinha proposto uma redação alternativa. No fundo os assuntos continuavam os mesmos, mas tinha proposto uma redação alternativa e essa situação também seria retificada.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que constatara na ata que a recomendação apresentada pelo BE não tinha sido votada. Alertava a Mesa da Assembleia de Freguesia para que as recomendações também deviam ser votadas, nomeadamente nas situações em que era expresso na própria recomendação, como fora o caso.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que o entendimento da Mesa era no sentido das recomendações não serem votadas, uma vez que obrigatoriamente tinham que ser consideradas pelo Executivo.-----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** referiu que o artigo 29, ponto 3, alínea e), página 11 do Regimento da Assembleia dizia “Apreciação e votação de recomendações...”-----

----- **Membro Pedro Louro (PS)** disse que estava realmente escrito “Apreciação e votação de recomendações ou moções” mas o que se votavam eram as moções e não as recomendações. Havia uma redação que não estava da melhor forma, mas o sentido útil era esse. A recomendação não se votava, era apenas apreciada. Tinha sido um lapso colocar as recomendações e as moções no mesmo artigo, mas por Lei as recomendações não se votavam e o Regimento tinha que cumprir a Lei.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que a Mesa iria refletir sobre o assunto e poderiam reunir novamente a Comissão do Regimento para esclarecer melhor essa situação.-----

----- **Voto de protesto** -----

----- O Grupo do PSD na Assembleia de Freguesia de Arroios protesta contra a não votação das recomendações apresentadas no PAOD na sessão da Assembleia de Freguesia de Arroios de 30 de setembro, pois viola claramente o disposto no Regimento desta Assembleia, artº 29º, 3-e). -----

----- O não cumprimento por parte do Regimento pela Mesa da Assembleia de Freguesia é uma clara violação das disposições legais e será passível de pedido de revisão no Regimento se a Mesa insistir na não votação destas recomendações nas Assembleias de Freguesia.-----

----- O Grupo da Bancada do PSD -----

----- Lisboa, 30 de setembro de 2014-----

----- Nuno Sousa Vitoriano.” -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata nº 5**, com as retificações apresentadas, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (9 PS, 2 PCP, 1 CDS-PP, 1 PAN e 2 PSD) e 3 abstenções (2 PSD e 1 BE) -----

----- **Ponto 4 - Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2 do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;**-----

----- A **Senhora Presidente da Junta** disse que queria apresentar dois aspetos dentro dos muitos que eram relevantes no trabalho da Junta, para dar uma imagem às pessoas de algumas mudanças.-----

----- Dar a conhecer os comerciantes da zona através da TV Arroios que passava no site e no *facebook*. As pessoas começavam a conhecer o que existia dentro da Freguesia, quem trabalhava nela, quem tinha comércio, pessoas de outras áreas culturais. Eram vários filmes pequenos mas que eram importantes.-----

----- Depois a mudança operada no Mercado 31 de Janeiro. A recuperação que tinha sido feita em praticamente dois meses e meio, feita com o apoio dos comerciantes. Atualmente tinha muito mais vendas, estava com mais limpeza, tinha uma exposição sobre o mercado antigo, um espaço para as crianças e ao sábado estava cheio de crianças. Tudo ao nível do rés-do-chão. Tinha também feiras, uma loja de mobiliário, iria ter uma charcutaria e um polo da Freguesia. Passariam a ter polos nos dois mercados, no de Arroios e no de 31 de Janeiro. -----

----- Olhava-se para o mercado como um todo e não apenas como uma metade, porque as pessoas iam ao rés-do-chão e depois não iam ao primeiro andar. Atualmente, apesar desses comerciantes venderem para fora durante a semana, para hotéis e restaurantes, ao fim-de-semana tinha muita população. -----

----- Era um projeto feito com a “prata da casa”. Havia cuidado na forma como se gastava o dinheiro e era feito com parcimónia. As coisas podiam ter qualidade, podiam ter um visual diferente, mas não era por isso que eram mais caras. -----

----- (Neste momento foram apresentados alguns filmes sobre os comerciantes da freguesia)-----

----- A **Senhora Presidente da Junta**, continuando, referiu que não se apresentavam todos os pequenos filmes, mas as pessoas tinham acesso a eles através do site e do *facebook*. Chamava-se TV Arroios. Mas eram importantes para dar a conhecer as pessoas que trabalhavam na Freguesia. -----

----- Disse que alguns dos projetos que tinham sido referidos eram de empresas privadas e estavam em discussão na Câmara. Era o caso da Rua das Barracas. -----

----- Em relação ao Paço da Rainha, era uma situação completamente diferente, era uma sensibilização da própria Junta de Freguesia. Na entrada do Paço da Rainha havia duas paredes completamente grafitadas e devia ser dada alguma dignidade. Não era só

colocar pilaretes para as pessoas não estacionarem, até porque havia ali parques de estacionamento, havia EMEL. -----

----- Além de uma reestruturação a esse nível, de forma a não estacionarem indevidamente em locais onde depois as pessoas não podiam passar, pedira-se um projeto para as entradas e estava-se à espera que fosse apresentado. Na entrada do Paço da Rainha havia duas paredes brancas que estavam sempre grafitadas, cujo projecto estava com duas Arquitectas que tinham feito trabalhos de remodelação. Também tinha que se ver qual seria o seu custo, porque seria feito em azulejos, mas com certeza iriam arranjar alguns *sponsors* para que pagassem essa remodelação. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** começou por salientar o facto de, ao contrário do documento apresentado na Assembleia em junho, o presente tinha uma informação financeira, o que era realmente muito importante. Sabia-se que o Senhor Tesoureiro se encontrava na altura ausente, mas era uma questão legal e obrigatória. O PCP não tinha referido na última Assembleia, mas pela sua importância considerava que isso devia ser referido. -----

----- Quanto à informação Escrita, deixaria parte dos espaços verdes e do espaço público para o seu camarada João Duarte Coutinho. -----

----- Ainda dentro dos espaços verdes, na Informação era dito que tinha havido duas reuniões com responsáveis da Câmara sobre higiene urbana. Ora, considerando que vinha sendo recorrente a denúncia de vários moradores da deficiente recolha de lixo e que as consequências das recentes cheias do recente dia 22 de setembro eram um facto provado do fracasso da reforma administrativa imposta aos cidadãos de Lisboa e do consequente processo de transferência de competências da CML para as Juntas, resultando numa pior prestação do serviço público, perguntava o que tinha sido feito até ao momento e qual o resultado das reuniões com o Engenheiro Ângelo Mesquita e Doutor Jorge Almeida. -----

----- Sobre o comércio, mercados e feiras queria também saber se havia alteração na utilização do Mercado Forno do Tijolo, visto que inicialmente seria para uma incubadora de empresas. Na Informação era referida uma visita para se verificar a possibilidade de transformar o antigo mercado num eventual espaço cultural. -----

----- Sobre a educação e juventude referia-se a reunião com o Senhor Ministro da Educação e com os Deputados da Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa sobre o Liceu Camões. Gostaria de saber se havia algum desenvolvimento quanto às obras urgentes nas instalações do edifício. -----

----- Queria também saber como se resolveria o problema colocado pelo PCP em Assembleias anteriores sobre os campos de andebol inativos havia muitos anos pelo facto de um muro que fazia fronteira desses para um terreno da Bragaparkes, Casal de Santa Luzia, estar em perigo de ruir. Sabia-se que era uma propriedade privada, mas perguntava se não havia forma de obrigar a uma intervenção da Bragaparkes afim de evitar mais danos e pôr fim a uma situação degradante e perigosa. Apesar de ser propriedade privada, mas estando em risco a segurança pública, se não haveria forma de obrigar. -----

----- Sobre a Escola Básica nº 14, Leão de Arroios, na base da proposta apresentada na Assembleia de junho pelo BE, pretendia saber se as obras estavam concluídas ou qual o grau da sua execução. -----

----- Em “outras ações relevantes” havia informação sobre reuniões, uma com o Vereador Duarte Cordeiro e a UIT para análise da proposta para a Freguesia, outra com UIT e com os proprietários da olaria do Desterro. Disse que não havia qualquer esclarecimento preciso sobre essas reuniões e gostaria de saber qual era a proposta e onde era a intervenção na Freguesia. -----

----- No geral, a Informação Escrita apresentada à Assembleia de Freguesia deveria ser mais esclarecedora e não uma simples listagem. Aliás, determinadas páginas eram uma listagem de reuniões e faltava mais algum esclarecimento sobre os assuntos tratados nessas reuniões.-----

----- Na informação financeira os impostos indiretos apresentavam uma execução de 20% e gostaria de saber a que se devia tão baixa execução. Parecia-lhe que teria a ver com taxas.-----

----- Na rubrica “venda de bens e serviços correntes” aparecia uma percentagem de execução de 18%. Perguntou qual a razão.-----

----- **Membro João Eduardo Coutinho (PCP)** perguntou à Senhora Presidente da Junta qual a razão, depois da recomendação feita na Assembleia para que a passadeira na Rua Maria da Fonte fosse pintada, continuava sem estar pintada e era de facto perigosa porque os carros a subir iam disparados. O piso em paralelepípedo não era dos melhores e havia muitas vezes deficientes que atravessavam essa rua.-----

----- Parecia-lhe que a recomendação tinha sido esquecida, com certeza não era por mal, mas recomendava que rapidamente se pintasse aquela passadeira.-----

----- Outra questão era que via muitas reuniões e congratulava-se com isso, queria dizer que a Junta estava presente em diversos locais, mas não sabia nada acerca do transporte na Rua Damasceno Monteiro, se já tinha sido feita reunião com a antiga Freguesia de São Vicente e com a Carris, porque já há dois anos que andavam nisso. A Carris tinha aquele ar de empresa majestática de “quero, posso e mando”. Isso não admitia e parecia-lhe que o Executivo também não deveria admitir.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** começou por congratular o avanço nas obras na Escola 14. Tinha ido ao site dos pais do Leão e vira as fotografias do atual estado da escola. A intervenção da Junta e da Câmara Municipal fora muito bem sucedida e a escola estava reabilitada, tendo o ano letivo começado sem grandes sobressaltos, o que era bastante positivo.-----

----- Uma pergunta tinha a ver com uma iniciativa que tinha decorrido no Bairro do Intendente e da qual não encontrava nenhuma informação, uma vez que a Informação da Presidente ia de 21 de junho a 20 de setembro e procurara na secção “outras ações relevantes” mas não tinha conseguido encontrar.-----

----- Referia-se ao “Bairro do Intendente Com Vida”, uma iniciativa que ocupava o Bairro do Intendente durante os meses de verão; gostava de saber quais tinham sido os custos relativos a essa iniciativa e quais os parceiros.-----

----- Presumia que tivesse sido por esquecimento porque essa iniciativa tinha sido antes da última Assembleia de Freguesia e nessa Assembleia não tinha sido dado conhecimento sobre esse evento que iria decorrer. Gostava de saber se haveria uma explicação para esse facto, de não terem sido informados sobre esse aspeto.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que normalmente nesses eventos realizados com outras entidades a Freguesia não tinha custos. Normalmente era com a EGEAC, ou com o Bairro Intendente, apoiava-se em muitos materiais de divulgação, empréstimo do som, as tendas. Muitas das situações eram divulgadas, era trabalho feito com as associações locais e havia uma postura da Junta de Freguesia ser um “chapéu de chuva” das associações locais, que pediam o empréstimo de cadeiras, luz, som. Não tinha nada a ver com a cor partidária, era para todos os partidos. Pelos vistos não tinha visto um mail do Membro do CDS a pedir uma sala, mas a Junta emprestava salas e punha o pessoal a funcionar.-----

----- O evento não tinha tido custos. A maior parte dos eventos tinha poucos custos, até porque havia cuidado com aquilo que se gastava.-----

----- Sobre as passeadeiras, isso não era propriamente a Margarida Martins e o Executivo que decidiam escolher uma empresa: ia para concurso. Era para ter começado mais cedo mas a época das chuvas tinha começado mais cedo também, para começar a pintar no final de agosto e só começara nessa noite em várias zonas da Freguesia. A Pascoal de Melo era uma das zonas onde não eram pintadas havia uns oito anos. A seguir alargava aos outros bairros. A maior parte das pinturas só podia ser feita de noite, visto que eram ruas com grande vivência. -----

----- Era a única pessoa que estava a tempo inteiro na Junta e, portanto, era quem normalmente ia às reuniões. As reuniões com o Engenheiro Ângelo Mesquita sobre a recolha de lixo eram uma forma de sensibilizar e estarem todos juntos. Todos os dias lhe mandava emails com as situações que apareciam e que sentia por vezes a recolha não estar a funcionar tão bem, às vezes até ao sábado não ter sido feita essa recolha. Era uma sensibilização que se fazia com as equipas da higiene urbana e o Jorge Almeida era uma das pessoas que estava a ajudar. -----

----- A Junta tinha ficado com poucos encarregados, alguns que eram para Arroios foram desviados para a Freguesia do Areeiro. -----

----- A Junta estava em apoio concreto para delinear todas as ações e até na formação do pessoal, por isso as reuniões com o Engenheiro Jorge Almeida. -----

----- Pedia desculpa mas se tivesse que fazer um relatório de todas as reuniões que tinha, parte do seu trabalho durante alguns dias seria a fazer relatórios. -----

----- Em relação ao Mercado do Forno do Tijolo, não sabia se teriam conhecimento, por grande insistência da Junta de Freguesia o mercado passaria no dia seguinte para o pequeno mercado. Tinha-se feito alguma campanha para as pessoas perceberem que passaria para o pequeno mercado e que a obra estava acabada, mas havia um contrato e com alguma esperança que fosse denunciado porque fazia com que ficassem ainda três comerciantes virados para dentro no mercado antigo. -----

----- Nas visitas feitas com os Deputados Municipais, umas das coisas que todos os partidos viram era que não existia nenhum espaço cultural na Freguesia, nesses quilómetros todos não havia um espaço cultural. Já se tinha mandado carta ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro, ao Senhor Presidente da Câmara, à Senhora Vereadora Graça Fonseca, com um projeto que a Junta apresentara. Estavam à espera de uma resposta quanto à resolução desse processo e, se fosse cancelado o contrato, então a Junta queria tomar aquele espaço para fazer um espaço cultural. -----

----- Tinha-se pedido ajuda para essa situação, sem custos até ao momento, mesmo no projeto feito através da carolice de amigos, a Aida Tavares do São Luís, que era da EGEAC, ao Miguel Honrado do São Luís, que também era da EGEAC e ainda por cima eram fregueses de Arroios. Também o Arquiteto João Appleton, que tinha um trabalho feito sobre a Almirante Reis e conhecia bem a Freguesia, se pedira um parecer. -----

----- Estava-se à espera de uma resposta sobre o mercado do Forno do Tijolo e ainda no dia anterior tinha sido questionada por um Deputado Municipal sobre o assunto. Já lhe tinha dito o que fora proposto à Câmara e que estava à espera dessa resposta que não sabia quando lhe seria dada. Pelo menos que no dia seguinte os comerciantes tivessem um espaço mais condigno. -----

----- No Mercado 31 de Janeiro sentia-se haver mercado e gostariam que também no Forno do Tijolo houvesse mercado e que o outro espaço deste último ficasse livre para um trabalho mais cultural. -----

----- Quanto a obrigar a Bragaparkes no terreno no Casal de Santa Luzia, a única entidade que podia fazer pressão era a Câmara Municipal de Lisboa e vinha fazendo, mas a Bragaparkes não estava disposta a mexer no terreno. Ainda no dia anterior tinha

falado com o Engenheiro Santa Clara, que era o administrador, e perguntara-lhe mais uma vez o que temporariamente podiam fazer nesse local.-----

----- Sobre a olaria do Desterro, não sabia se já lá tinham entrado, mas era muito degradante. Tinha dois proprietários que não ligavam nenhuma e aquilo estava infestado de ratos, com automóveis uns por cima dos outros. Tinha havido uma reunião na Junta com os proprietários, pessoas que não eram fáceis, mas conseguira-se que na própria reunião tivessem feito um documento à mão para levar à Câmara e esta tinha autorizado. Eles já foram convocados mas ainda não apareceram para que, se quisessem, fazerem ali um parque de estacionamento, limpando aquele terreno todo. Ele teria que ser limpo, de forma coerciva ou não, até para bem da população, porque no fundo era uma questão de salubridade e de saúde.-----

----- De uma coisa podiam ter a certeza: a de que tudo o que escrevia sabia o que estava a escrever, era porque tinha estado nas reuniões e tinha falado com as pessoas.-----

----- **A Vogal do Executivo Ana Gabriela Freire** disse que se tinha iniciado o ano letivo dentro da normalidade, as obras da escola Leão de Arroios foram concluídas dentro do plano que havia.-----

----- A Freguesia tornara-se a entidade promotora das CAF e AEC, mantendo as equipas que já estavam habituadas a trabalhar nas escolas e, portanto, estava tudo dentro da normalidade.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a Junta sentia que aquela escola ainda precisava de mais algum empenhamento, como todas as outras que estavam bastante degradadas, estava-se a tentar que fossem pintadas outras zonas que não tinham sido, alguma reparação nas zonas das casas de banho. A própria Junta tinha arranjado o jardim de entrada e estava a tentar que houvesse mais melhoramentos na escola.-----

----- Falava-se bastante com os pais e a própria Junta também tinha olhos e sentia nas reuniões que havia algumas situações passíveis de ser mudadas. Os pais também estavam empenhados nessa mudança e queriam ajudar.-----

----- **O Vogal do Executivo Fernando Ricardo** disse que aproveitava a oportunidade para responder à Membro Fernanda Lacerda relativamente a duas questões que lhe diziam mais diretamente respeito:-----

----- A primeira questão tinha a ver com a proposta de regulamento que poderiam apresentar à Assembleia sobre a atribuição de apoios a associações no âmbito da área social. Era um projeto que poderia merecer toda a consideração, mas estavam no momento muito ocupados com outros assuntos e ainda não tinha havido a oportunidade de se debruçar sobre essa proposta de regulamento. Em todo o caso, podiam falar e trocar impressões sobre o que poderia ser o alcance desse regulamento e depois submeteria à consideração dos seus colegas de Executivo.-----

----- Relativamente à situação da dívida da Junta de São Jorge de Arroios, na última Assembleia de Freguesia tinha sido referida essa situação e ficara no ar a suspeita de que o atual Executivo estaria a querer encobrir uma situação. Era perfeitamente injusto que ficasse alguma dúvida a esse respeito.-----

----- Os Membros do Executivo e alguns Membros da Assembleia podiam dizer que mais ninguém fizera pelo apuramento da situação de São Jorge de Arroios do que os eleitos nas listas do PS à antiga Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios. Bastava, aliás, ver as atas das diversas Assembleias, em que praticamente todas as Assembleias, desde que o problema se despoletara, o PS questionava o Executivo sobre as dívidas, sobre a situação nebulosa que existia, chamava à atenção e responsabilizava politicamente. Mais não podiam fazer porque não tinham poderes para destituir o Executivo com base em irregularidades ou ilegalidades, isso só os tribunais podiam fazer.-----

----- Tinha-se reunido toda a informação que se conseguira, colocara-se essa informação num dossier e tinha-se entregue com uma carta explicativa de toda a situação junto das entidades competentes. Depois pediria ao seu colega João Veríssimo que se pronunciasse sobre isso, mas o que podia dizer era que se tinham alertado várias vezes as entidades competentes e entregado um dossier junto do Tribunal Administrativo de Lisboa, que era a entidade competente para destituir um executivo com base em irregularidades. Tinha esgotado todas as possibilidades ao alcance. -----

----- Um dos aspetos que dava particular gozo no exercício das funções era contribuir para o esclarecimento cabal da situação de São Jorge de Arroios. Enquanto oposição tiveram tanto interesse em esclarecer a situação e tinham agora essa possibilidade de fazer tudo o que era possível para esclarecer, mas havia também limitações para isso, o Executivo não tinha poderes de polícia ou de investigação e poderia ser um caso de polícia. Queriam era esclarecer e tentar dentro das possibilidades saber o que se poderia transmitir aos fregueses a esse respeito. -----

----- Eram dinheiros públicos e chamava a atenção para a ata da última Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios, em que se alertara precisamente para o aspeto mais criticável da gestão do executivo de então e que tinha a ver com a gestão dos dinheiros públicos. -----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** disse que o PS não tinha sido a única força política na Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios a levantar essa questão, mas de facto entregaram esse conjunto de documentos acompanhado de um CD com 70 ou 80 megas de provas, de vídeos, de coisas que foram apanhando, quer na comunicação social, quer até nos boletins da Junta, quer através de denúncias diversas e nomeadamente de funcionários. -----

----- Esse conjunto de elementos tinha sido coligido por si, com a ajuda dos outros Membros do PS da antiga freguesia de São Jorge de Arroios, e tinha sido não só entregue no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, mas também na Inspeção Geral de Finanças e no Tribunal de Contas. Procurara-se ter um espetro de ação que cobrisse tudo o que era possível cobrir do ponto de vista institucional e de organismos fiscalizadores. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo António Bacalhau** disse que já havia propostas relativamente à auditoria, uma das empresas deslocara-se às instalações da Junta para consultar alguns documentos. Esperava que na próxima reunião do Executivo pudesse levar essas propostas, para aprovarem e darem início à auditoria. -----

----- Relativamente à Informação, no que respeitava à receita, a mesma era estimada. Algumas rubricas tinham algum histórico, outras não. Por exemplo nos mercados havia a informação passada pela CML, o histórico que tinham era de anos mais anteriores. Essa receita estimada teria que ser alvo de revisão em algumas rubricas. -----

----- A questão das receitas próprias era um tema muito importante e esperava que os mercados contribuíssem significativamente para as receitas próprias. -----

----- Quanto ao boletim, o custo por unidade situava-se entre os 25 e 30 cêntimos, produção e distribuição. Parecia-lhe um valor aceitável e, comparando com outros boletins ou jornais de outras Juntas, estava um valor bastante conservador. A redução da tiragem tinha a ver com a otimização, porque depois do primeiro número passara-se a conhecer a situação de alguns exemplares que sobraram. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que, relativamente à rua Damasceno Monteiro, já tinha sido pedida uma reunião com a Carris mas ainda não se obtivera essa reunião. De qualquer maneira, a Junta de Freguesia de Arroios estava a tentar ter um Porta-a-Porta que abrangesse a zona. Havia já dois percursos e esperava que brevemente abrangesse a Damasceno Monteiro, enquanto não se conseguisse com a Carris. -----

----- A Carris era uma empresa estatal mas não recebia a Junta como gostaria e não se tinha conseguido ainda a reunião. A Carris decidia por ela própria, ela mudara o percurso, ela mudara a forma e não se conseguia fazer essa alteração. Esperava que o Porta-a-Porta conseguisse colmatar até à Damasceno Monteiro e o percurso tinha sido pensado para isso. -----

----- **Membro João Eduardo Coutinho (PCP)** disse que não era a Junta que tinha que se substituir à Carris. A Carris estava feita para servir o público e não podia ser a Junta de Freguesia, com os recursos que tinha, a fazer uma substituição de um serviço que a própria Câmara, perante a argumentação da Carris que a geometria da rua era difícil e que não podia passar o autocarro, quando passava o camião do lixo, das mudanças, da cerveja, até passavam autocarros de turismo. Essa era a solução que a Carris queria, mandar para cima das Juntas de Freguesia um serviço que lhe cabia a ela. -----

----- Não estava demonstrado que a geometria da rua fosse difícil. Mais, tinha informação de um assessor da Câmara e havia testemunhas disso, que pelo problema da geometria da rua a Câmara Municipal resolvia. A Câmara não tinha o poder de impor à Carris, mas tinha o poder de a influenciar. Era isso que se desejava da Câmara Municipal e da própria Freguesia, assim como da outra Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não sabia mais o que fazer à Carris, porque não podia obrigar a Carris a fazer esse percurso. Podia sensibilizar, mas não podia obrigar. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que queria reiterar alguns pontos, porque quando faziam certas observações elas não eram bem entendidas. -----

----- Tinha a ver com o pedido feito pela Membro Fernanda Lacerda e com o qual concordava, sobre o modo como a Informação Escrita aparecia. Não se podia pedir informação sobre assuntos que desconheciam e quando se dizia que uma lista de reuniões era demasiado vago não parecia que isso implicasse um acréscimo de trabalho ou que fosse constituir um aumento do papel, era pedir que pudesse ser incluído juntamente com a indicação da reunião o seu tema e talvez um breve resumo dos assuntos tratados. -----

----- Quando a Senhora Presidente da Junta dizia que se quisessem mais informação podiam perguntar, enviar um mail e respondia, não se podia pedir informação sobre uma coisa que não se conhecia, uma vez que só recebiam a Informação Escrita da Presidente nas vésperas da reunião da Assembleia de Freguesia. Antes disso não sabiam quais os contactos que estava a estabelecer, como e com quem estava a estabelecer. -----

----- Era importante quando analisavam o trabalho feito pela Presidente, uma vez que a Informação Escrita devia ser o espelho do trabalho realizado na Freguesia, ter uma noção de que trabalho era esse. Conseguia-se ver pelas secções quais foram as áreas em que havia um maior pendor de reuniões, mas isso não permitia perceber quais as prioridades que estavam a ser dadas no momento e qual era o sentido do enfoque, da ação do Executivo da Junta. -----

----- Isso também era importante saber, não era só sair a lista de reuniões feitas, era perceber qual a prioridade dada a que sector nesse momento. Era importante para que também pudessem contribuir com as intervenções para essa prioridade. -----

----- Outro aspeto era relativamente à questão de São Jorge de Arroios. Tinha-se dito logo nas primeiras reuniões que o facto de haver aquele buraco escuro, que ninguém sabia quanto envolvia, era causa para que as verbas atribuídas à nova Freguesia de Arroios fossem inferiores àquilo que na realidade era necessário, uma vez que essas verbas foram calculadas de acordo com os protocolos que estavam estabelecidos. Para São Jorge de Arroios não havia protocolos e isso tinha penalizado imenso o valor atribuído aos fregueses de Arroios. -----

----- Passado um ano continuava-se sem saber o valor do buraco e a implicação que esse valor tinha na realidade de todos os que viviam em Arroios, porque as Juntas de Freguesia da Pena e dos Anjos tinham as contas em dia, mas todos foram penalizados. Era importante que passado um ano pudessem conhecer o valor do montante envolvido e que repercussão isso tinha no Orçamento que era feito para a Freguesia e na qual todos estavam atualmente juntos. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo António Bacalhau** disse que todos concordavam que devia ser feito o apuramento, mas que devia ser feito por uma entidade externa e independente. Daí a razão da auditoria.-----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** disse que, quanto à questão de génese urbanística do encerramento das arcadas na Avenida Almirante Reis, era exatamente por ser uma questão de génese urbanística que competia exclusivamente à CML, à Unidade de Intervenção Territorial do Centro, à Polícia Municipal a sua devida fiscalização, até questionava situações como o direito de passagem em superfície privada, como o Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios, etc. Era uma incumbência da Câmara Municipal de Lisboa e não da Junta. -----

----- **Ponto 5 – Análise, discussão e votação da Revisão Orçamental;** -----

----- **O Tesoureiro do Executivo António Bacalhau** disse que essa Revisão se devia acima de tudo a duas grandes questões. A primeira estava relacionada com o valor transferido no âmbito da transferência de competências, o que estava orçamentado e o que estava na Lei era um valor e aquilo que iria ser feito correspondia a menos 300 mil euros.-----

----- Os 300 mil euros eram apenas nesse ano e era o valor que a CML entendera aplicar à Junta de Arroios em função dos custos assumidos no primeiro trimestre com despesa relativa a recursos humanos e contratos. Existia uma fórmula de cálculo no auto de transferência, que tinha uma referência e podia ter entendido mal, mas assumira que se baseava em despesa e receita real, o que depois não acontecera e baseara-se naquilo que tinha sido a negociação dos números com a CML. -----

----- Mexendo na receita teriam também que mexer na despesa e nas negociações com a CML havia um valor, apresentado na Assembleia de Freguesia de abril, de 300 mil euros que seriam para projetos da responsabilidade da CML mas financiados pela Junta na Freguesia. -----

----- Até ao momento não tinham acontecido reuniões com a CML para definir projetos ou financiamentos necessários e considerava-se após o contacto com a direção financeira da CML para não congelar esse valor no Orçamento. -----

----- Eram esses dois grandes vetores que justificavam a apresentação da Revisão Orçamental. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que na Revisão Orçamental se verificava a diminuição de algumas rubricas, nomeadamente a “ocupação da via pública” em 50 mil euros, “aluguer de espaços e equipamentos” em 50 mil euros. A maior era “outras delegações de competências”, 300 mil euros.-----

----- Tinha ficado um pouco mais baralhada com a explicação e gostaria que fosse mais explícita. Ficara a noção de que tinha a ver com o acordo com a CML, mas a questão era saber exatamente o que se passara. -----

----- Recordou que na sessão de abril o Senhor Tesoureiro dissera haver uma folga de quase 700 mil euros para a Freguesia de Arroios e passava a citar: -----

----- “Era a Câmara Municipal que dizia como a Junta devia investir o dinheiro e o que queria para a Freguesia. Tinham acontecido três reuniões para negociar essa folga orçamental, em que se justificara que as receitas estimadas pela CML estavam muito elevadas. Portanto, descia-se a receita, sendo no final essa folga orçamental de 300 mil

euros, que era o valor que a Junta e a Câmara Municipal, por mútuo acordo, decidiam quais as obras a ser financiadas”-----

----- A conclusão a que queria chegar era de quais as obras que deixaram de ser financiadas. Não se tinha entendido muito bem o porquê desses 300 mil euros, se vinham ou não e por que razão não vinham, ou que obras deixavam de ser realizadas, quais as consequências para a população, se seria a Câmara Municipal a decidir, assim como saber o que se tinha feito ou estava a fazer na Freguesia para zelar pelos interesses da população. Eram 300 mil euros.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo António Bacalhau** esclareceu que 300 mil euros era o valor apresentado pela Câmara. A Junta recebia quatro tranches por ano, ao abrigo da Lei 56/2012. A Câmara no primeiro trimestre tinha transferido a totalidade e nas outras tranches cortara 100 mil euros em cada tranche para pagar as despesas dos contratos que foram passados para a Junta de Freguesia. Existiam custos com recursos humanos, contratos de manutenção, contratos de limpeza. Por exemplo nos mercados, um dos contratos fora assinado poucos dias antes do auto de transferência e era um contrato de 36 meses com uma empresa, em que a Junta não entrara sequer na negociação. A Câmara decidira pela Junta e esse contrato estava a ser alvo de pedido de rescisão por parte da Junta. Portanto, esses 300 mil euros eram custos que a Câmara tivera e que teoricamente a Junta devia assumir.-----

----- Relativamente às obras que deixavam de ser realizadas, elas não deixavam de ser realizadas porque nunca foram acordadas. Esse valor era o melhor que se conseguira negociar, baixando as receitas estimadas, que eram altas nas receitas propostas pela CML.-----

----- Tinha ficado sempre em aberto o diálogo entre a Junta e a CML para o financiamento dessas obras, que até ao momento nunca foram propostas. Por exemplo o Largo do Leão seria um bom exemplo para a Junta financiar, apesar de ser uma obra da CML, mas o projeto não existia.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que gostava de fazer algumas perguntas. Continuava a não perceber muito bem a diferença entre o que fora orçamentado na receita e o que era real. O valor de aproximadamente 300 mil euros, de acordo com o Senhor Tesoureiro, tinha-se visto que era um valor de 250 mil euros.-----

----- Outro aspeto que também queria levar à discussão tinha a ver com as designações, que continuava a não entender bem. Isso tinha a ver com um pedido feito pela Membro Fernanda Lacerda para se perceber quais eram os critérios para o estabelecimento de parcerias. Da mesma forma era importante saberem o que eram “outros”, ou os “diversos”, os “fornecimentos”, a “aquisição de serviços”. Havia um conjunto de rubricas um bocado opacas no Orçamento que não se conseguiam compreender e que era importante fazer uma contabilidade analítica que discriminasse essas rubricas, um bocado na senda da “economia para totós”, porque não conseguia perceber claramente o Orçamento.-----

----- Para se poder fazer uma análise de acompanhamento real do trabalho do Executivo, que era isso que estavam a fazer, era importante ter outro tipo de informação e mais uma vez reiterava o pedido para que fosse elaborada uma contabilidade analítica rubrica a rubrica, de modo a permitir compreender melhor para onde foram conduzidas as despesas e onde havia as receitas, bem como uma melhor clarificação dessas designações.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo António Bacalhau** esclareceu que o valor orçamentado da receita resultava de várias fontes, do Orçamento de Estado, da Lei 56/2012, receitas próprias, protocolos com a CML. No que respeitava à Lei 56/2012, considerara-se o valor que estava na Lei, porque esse não se podia alterar.-----

----- Tinha sido entendimento de todas as Juntas que seriam consideradas receitas reais e despesas reais para ser apurado um saldo credor ou devedor e assim serem pagas essas despesas à CML, o que não acontecera. -----

----- Isso não tinha acontecido só com a Junta de Arroios, outras Juntas até com orçamentos mais limitados também sofreram um corte. Era um corte porque ainda se estava à espera de receitas do licenciamento, que foram em princípio adiadas para dezembro. O sistema que permitia fazer o licenciamento, que era uma das novas competências das Juntas, não tinha sido passado para a Junta e, portanto, havia uma série de alterações no primeiro ano da transferência de competências.-----

----- Relativamente à designação das contas, tinha por base o POCAL. Era da área financeira, não era contabilista, conseguia ler com maior facilidade do que eventualmente a Membro Beatriz Dias, mas concordava. -----

----- O *software* que estavam a implementar permitia também fazer contabilidade analítica. Para algumas áreas tinha-se pedido essa contabilidade analítica, por exemplo para o caso da piscina, que era um equipamento que gerava prejuízo, apesar de se considerar um equipamento social e por isso devia ser mantido. -----

----- Não iria já assumir o compromisso, mas talvez devessem transformar numa linguagem mais objetiva. Quando o *software* estivesse a funcionar a 100% poderiam tirar informação de uma forma muito mais simples e poderiam na designação manter essas contas mas depois saber o que entrava aí dentro. Poderia ser útil para todos. -----

----- **Membro Maria João Afonso (PSD)** começou por questionar a situação de ser o terceiro documento que tinha recebido, assim como os restantes Membros da Assembleia. -----

----- Sendo um documento aprovado em reunião de Executivo, aí definiam qual o documento a aprovar e deveriam informar do documento que fora efetivamente aprovado. Não era enviar um, depois enviar outro porque havia um lapso e um terceiro que era definitivo. Era só um alerta, porque senão colocava outras questões que como pessoa de bom senso não deveriam questionar. -----

----- O ponto concreto sobre a terceira versão do Orçamento, mas que se mantinha em todos eles, era a questão da despesa com os elementos das mesas de voto. Considerando que não havia dotação, considerando também que as eleições ocorreram em 2013, perguntou se ainda estariam em pagamento essas verbas. Se assim era, passado um ano deveriam ter considerado no Orçamento. Se essas presenças já tinham sido pagas, gostaria de saber como era feito o respetivo cabimento, porque queria acreditar que não tinha havido nenhum pagamento da Junta de Freguesia de Arroios sem o devido cabimento.-----

----- Pedia à Senhora Presidente da Assembleia que averiguasse essa situação.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo António Bacalhau** esclareceu que tinha razão em relação ao documento. Referira anteriormente que o *software* estava em implementação e o que se tinha levado à reunião de Executivo era informação sobre inscrições, reforços, diminuições e anulações. O mapa era um output após essa reunião. O *software* estava em fase de implementação e o Executivo assumia o risco no primeiro ano de mudar o *software*. Trabalhavam com o *freesoftware*, que era o *software* talvez mais utilizado pelas Juntas de Freguesia e iriam utilizar outro *software* que permitia uma flexibilidade maior. Havia a questão dos mercados para integrar, havia a questão da contabilidade analítica, havia uma série de outras questões, fizera-se uma consulta ao mercado e implementara-se esse *software*.-----

----- O processo de implementação, como todos os processos de implementação, uns corriam melhor e outros corriam pior, havia atrasos na implementação. Tudo o que era

despesa e receita estava lançado, as conciliações estavam feitas, tratava-se depois de retirar informação do *software* e trabalhar essa informação. -----

----- O que tinha sido levado à reunião de Executivo eram essas variações que estavam agora apresentadas. -----

----- Relativamente à rubrica que era aberta, tinha a ver com valores em atraso das mesas de voto. -----

----- **A Secretária do Executivo Ana Santos** disse que a questão colocada era pertinente, porque para quem estava por fora era um valor que ressaltava. O que tinha acontecido era que, quer na Junta dos Anjos, quer na Junta da Pena, o ato eleitoral funcionava sempre com a ajuda dos funcionários da própria Junta. Não estava a falar do pagamento às mesas, isso era outra coisa, tinha sido pago no dia e sem problemas nenhuns. -----

----- A verba que era referida tinha a ver com o ato eleitoral que acontecera no Liceu Camões, que para o Executivo era a primeira vez e quando se preparara o processo não tinham a informação, se calhar por falta também de ter feito as perguntas necessárias à pessoa que habitualmente estava à frente desse processo, mas quando acabaram as eleições e se perguntara sobre as despesas tinha aparecido uma quantidade de pessoas, que não tinha quantificado porque não estava preparada para essa pergunta, que estiveram no Liceu Camões, não os funcionários, pessoas contratadas que receberam dez euros à hora. Havia pessoas que nem queriam passar recibos porque habitualmente isso não funcionava assim. -----

----- Era por isso que a verba não estava contemplada e o próprio Executivo sentira-se confrontado com uma situação que tivera que ser resolvida. Esse valor não estava previsto porque o Executivo julgava, certamente mal, partindo da experiência dos Anjos e da Pena, que em Arroios também não havia mais pagamentos. Diziam que eram funcionários do liceu e que seriam apenas pessoas para dar apoio, percebendo-se depois que eram pessoas que iam montar e desmontar, todo esse trabalho. Era muita gente e a dez euros à hora até se tinha estranhado, porque a maior parte dos funcionários da Junta não ganhava isso. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Revisão Orçamental (proposta nº 25)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (9 PS e 1 PAN), e 9 abstenções (5 PSD, 2 PCP, 1 BE e 1 CDS-PP). -----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos;** -

----- **O Tesoureiro do Executivo António Bacalhau** disse que esse ponto tinha a ver com a abertura de uma rubrica na “aquisição de equipamento básico”, que era necessária. Tinham ido buscar esse valor à “modernização de máquinas e equipamentos”, onde esperavam ter um investimento maior em função dos equipamentos transferidos pela CML, que poderiam não cobrir as necessidades totais. Esses equipamentos tinham chegado, não nas melhores condições, mas eram os equipamentos utilizados. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Plano Plurianual de Investimentos (proposta nº26)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (9 PS e 1 PAN), e 9 abstenções (5 PSD, 2 PCP, 1 BE e 1 CDS-PP). -----

----- **Ponto 7 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal;** -----

----- **A Secretária do Executivo Ana Santos** informou que tinha havido algumas alterações, nomeadamente em três pontos. Havia mais um técnico na área da administração autárquica, mais seis no licenciamento que não estavam previstos no

outro trimestre e mais um técnico de bibliotecas. O que estava previsto no licenciamento eram dois técnicos superiores, dois fiscais e dois assistentes técnicos administrativos.-----

----- Nos “ocupados”, na biblioteca um técnico superior. Já havia um técnico superior no atendimento, que era a pessoa que estava a coordenar todo o atendimento. Eram três polos, havia muita gente e esse técnico estava também a fazer atendimento mas simultaneamente era o responsável por todo o atendimento, desde a formação das pessoas, a otimização dos espaços, toda a informação necessária para uniformizar um bom atendimento e haver uma boa imagem da instituição.-----

----- No licenciamento tinha entrado já um jurista e na Biblioteca de São Lázaro entrara mais uma técnica superior. Todos os técnicos que referia eram pessoas que transitaram da Câmara.-----

----- Nos mercados não tinha havido nenhuma entrada mas havia uma alteração, passara-se a ter três fiscais e quatro assistentes operacionais, deixando de ter um assistente técnico.-----

----- Aproveitava a altura para referir uma questão levantada pelo Membro Beatriz Dias, com a qual o Executivo estava inteiramente de acordo, que era o flagelo dos contratos CEI+ e também os CEI Património, que eram uma novidade de 2013. Esses contratos tinham um cariz que era pôr as pessoas que estavam votadas ao desemprego ou estavam noutras situações e integravam projetos na vida ativa, o que era bom para a sua autoestima e também para levarem algum dinheiro. Os casos do CEI Património tinham a ver com situações ainda mais degradantes de pessoas que, estando desempregadas e já não tendo subsídio de desemprego, estando inscritas no Fundo de Desemprego, tinham direito a um emprego desse cariz, precário a doze meses.-----

----- Naquele momento as pessoas ganhavam competências, estavam ativas e era bom para a sua autoestima. Podia falar nisso porque era dos recursos humanos e, infelizmente para todas as entidades, como a Junta, a Câmara ou as Finanças, esse modelo era muito usado. Se calhar as forças todas deviam unir-se para que essas questões fossem colocadas no Parlamento, porque todos sabiam que estava congelada a entrada de pessoas na função pública, as carreiras também estavam congeladas. A questão era, tendo mais trabalho, como iriam executar e prestar um bom serviço à comunidade se não havia pessoas. Tinha que se fazer com recurso a essas pessoas, que nalguns casos elas próprias se iam oferecer pois não queriam estar paradas em casa.-----

----- Isso era bom por um tempo mas não resolvia a questão de fundo, que era dar dignidade ao trabalho. Toda a gente tinha direito a um emprego e a chegar ao fim do mês com um vencimento. Se calhar era boa altura de pensarem num trabalho conjunto para superiormente colocarem essa questão.-----

----- As duas Portarias anteriores, do CEI e CEI+, eram de 2009, em 2013 saíra outra do CEI Património. Se calhar andariam um pouco como os recibos verdes, era uma coisa com um cariz e de repente era oficial e para sempre.-----

----- Aproveitava para outra reflexão, porque o Vogal Fernando Ricardo respondera a um repto de poderem reunir e ver questões relacionadas com o regulamento. Lançava à oposição uma coisa que tinha dito na primeira Assembleia, nomeadamente à Fernanda Lacerda e à Beatriz Dias, que aparecessem e ajudassem.-----

----- Era importante a Assembleia de Freguesia, porque era aí que discutiam e que eram avaliados, mas mais do que isso, todos eram eleitos para ajudar Arroios e esse ajudar podia ser num acompanhamento maior. Se falassem com o Executivo, com certeza havia muitas questões que tinham sido colocadas, de dúvidas quanto a reuniões, etc. que por vezes eram omitidas por ausência de tempo mas com um acompanhamento sempre que possível se calhar eram esclarecidas.-----

----- Pedia que aparecessem para trocar ideias, porque no fundo o Executivo estava a trabalhar para todos e o resultado era o benefício de todos, sobretudo daqueles que moravam na Freguesia. O dinheiro que estavam a usar era de todos, do Orçamento de Estado e de outras entidades. Portanto, as reuniões podiam ser muito mais eficazes, não estando a explicar certos pontos e avançando em coisas que eram importantes. Numa discussão mais fechada, mais pequena, se calhar podiam ajudar-se mutuamente. -----

----- Em relação aos CEI, estava-se a tentar recuperar o mais possível pessoas que estavam seis ou doze meses. Tentavam que elas ficassem, embora ficassem em situações também precárias, mas pelo menos dava-se outro estímulo. Se houvesse abertura de quadro, com certeza que essas pessoas entrariam para o quadro.-----

----- **Membro João Eduardo Coutinho (PCP)** agradeceu as palavras e disse que o PCP congratulava-se com essa posição democrática de pedir a colaboração de todos para resolver os problemas da Freguesia, mas queria também chamar a atenção quando se referia ao Parlamento, se havia força no Parlamento que tinha lutado contra o trabalho precário e contra o trabalho sem direitos era o PCP.-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** agradeceu a explicação sobre os recursos humanos, mas continuava a ter algumas perguntas. Ao preparar a moção sobre os CEI já tinha algumas questões. -----

----- Uma vez que as autarquias locais eram espaços onde as pessoas acabavam por ser reintegradas no trabalho, uma tentativa de reintegração dessas pessoas no trabalho, gostava de saber quantas pessoas na Junta de Freguesia estavam com esses contratos de emprego inserção.-----

----- Também não tinha percebido muito bem, quando havia possibilidade de integrar essas pessoas elas eram integradas, mas não percebia em que condições, se tinham um novo contrato de emprego inserção.-----

----- Havia uma resposta que já fora em parte dada, mas ao analisar o mapa de pessoal verificava-se a existência de 17 lugares vagos e a pergunta era se esses lugares não poderiam ser preenchidos. Sabia de todas as limitações existentes na contratação na função pública, já no mapa anterior esses lugares apareciam, mas se havia uma carência de lugares que não eram ocupados, que tipo de medidas poderiam ser implementadas para que pudessem ser ocupados pelas pessoas que atualmente tinham esses contratos de emprego inserção e em que áreas elas estavam. -----

----- **A Secretária do Executivo Ana Santos** esclareceu que quando se dizia lugares previstos, a maior parte deles estava-se à espera que viessem da Câmara. Ainda não se tinha fechado com a Câmara a transferência de todas as pessoas, nomeadamente no licenciamento, que era a área em que mais pessoas ingressariam, mais cinco pessoas. ---

----- A Junta não tinha possibilidade no momento de contratar pessoas, a não ser através da mobilidade. Os quadros estavam fechados e não se conseguia. Estava na Portaria de 2009 que esses contratos CEI eram vocacionados nomeadamente para as autarquias e sabia que existiam na Câmara, nas Finanças. Perguntava-se às pessoas o que fizeram e diziam que iam das Finanças, da Caixa Nacional de Pensões, de todas as entidades públicas que se pudessem imaginar.-----

----- A Junta também tinha recorrido a esse recurso de pessoas através do Centro de Emprego e era aí que se iam recrutar as pessoas. De momento havia no espaço público, na higiene urbana.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal (proposta nº 27)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (9 PS, 2 PCP, 1 BE, 1 CDS-PP e 1 PAN) e 5 abstenções (PSD). -----

----- **Ponto 8 – Discussão e deliberação da proposta de ratificação do Protocolo com a CML – “Programa BIP/ZIP Lisboa 2014 – Parcerias Locais – Candidatura nº 97”;**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que era um financiamento por um ano, que tinha como objetivo principal promover a inclusão das comunidades imigrantes no território da Freguesia de Arroios através de ações socioculturais e pedagógicas. O projeto tinha a duração de doze meses e seria feito com uma equipa que estava a ser criada para fazer ações de inclusão, até porque muitas dessas nacionalidades estavam na Freguesia de Arroios ao nível escolar. Queria-se uma inclusão não só das crianças que estavam na escola, mas também das suas famílias, pegando no dia de cada país, como era o caso da Índia, do Brasil, do Nepal, Marrocos, Espanha, França, Itália e não só. ----

----- Era um projeto também feito com o movimento associativo que trabalhava essas comunidades. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** começou por congratular o Executivo por esse projeto e pelo facto de terem concorrido ao Programa BIP/ZIP e queria realçar a importância do tema. -----

----- Trabalhar com as comunidades imigrantes numa altura em que essas pessoas tinham sofrido imensas dificuldades de integração nos países europeus, com um número elevado de mortes na cidade italiana de Lampedusa, com todas as dificuldades de entrada no espaço europeu, tornava-se extremamente importante esse projeto, uma vez que podia responder a algumas das necessidades de integração.-----

----- Tinha estado a analisar o projeto com atenção e uma das coisas que considerava extremamente importante eram as aulas de Português, língua não materna. Era um objetivo de grande valor e que poderia contribuir para uma facilidade de comunicação e uma melhor integração na sociedade. -----

----- Também gostava de realçar a concordância existente entre esse programa e uma das propostas do programa eleitoral do BE, que tinha definido como um dos aspetos importantes para a Freguesia de Arroios, uma vez que tinham verificado que havia muitas comunidades de imigrantes, pensava-se criar uma semana das sete comunidades existentes na Freguesia, de modo a apoiar eventos culturais dessas comunidades em articulação com o comércio local. -----

----- Essa candidatura ao BIP/ZIP, de alguma forma, também apoiava uma das propostas eleitorais do BE, o que os deixava bastante satisfeitos. -----

----- Tinha duas perguntas a fazer relativamente ao projeto. Uma tinha a ver com um aspeto que a Fernanda Lacerda realçara e que tinha pensado referir, quanto aos critérios usados na escolha dos parceiros. Verificava-se que grande parte dos parceiros tinham sede na Freguesia de Arroios, o que era importante, uma vez que um dos objetivos também poderia ser estreitar laços com associações da comunidade e que tinham ação na Freguesia, mas verificava-se que uma das associações integrada como parceira era a SANAPA, que não tinha sede na Freguesia. -----

----- Não conhecendo os critérios usados na escolha de parceiros, não havendo as regras de atribuição de apoios, ficava com a dúvida de como essa associação aparecia integrada no projeto, qual era o contributo que essa associação poderia dar ao projeto. --

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que se tratava de um projeto da Junta de Freguesia com o apoio de outras entidades, não era só a SENAPA. Ao contrário de outros projetos, que por vezes eram de uma associação, esse era um projeto da Junta de Freguesia em que se incluía o apoio de outras entidades. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Protocolo com a CML – “Programa BIP/ZIP Lisboa 2014 (proposta nº 28)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**-----

----- **Ponto 9 – Discussão e deliberação da proposta de ratificação do Protocolo de Cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha uma questão a colocar, por que razão a prestação de serviços não incluía O polo dos Anjos.-----

----- **A Secretária do Executivo Ana Santos** explicou que se tinham mantido os polos que até 2013 tinham o atendimento e era exatamente no polo da Pena e no polo de São Jorge de Arroios. Atendendo a que o polo dos Anjos tinha mais trabalho do que os outros polos, porque tinha a piscina, ia ter o licenciamento e tinha outras coisas, dado que as pessoas eram mais mas não chegavam ainda para as tarefas, decidira-se manter os dois polos que funcionavam em 2013. Nos dois polos era a apresentação quinzenal. -

----- Relativamente aos Anjos, na sala de leitura Clodomiro Alvarenga, funcionaria a procura ativa de emprego e aí funcionaria todo o outro apoio.-----

----- Eram dois tipos de apoio, a apresentação quinzenal e também a procura ativa de emprego. Havia o espaço, estava lá a trabalhadora o dia todo e ela fazia esse apoio, juntamente com a informação que havia de chegar do IEFP. Para serem mais ágeis na resposta aos fregueses tinham feito essa divisão.-----

----- A indicação da sala não estava no protocolo porque tinha havido diálogo por email com o Instituto de Emprego e a resposta do Instituto era que a base de dados deles só contemplava a prestação quinzenal, não admitia a outra parte, sendo certo que a Junta era obrigada, aliás como estava no protocolo. O que faziam era, no momento em que se começasse a implementar, uma publicidade de todo esse trabalho em todos os meios ao alcance. A razão de não estar no protocolo não era pela Junta, mas sim por razões técnicas do Instituto. -----

----- Podia dizer como exemplo que no ano anterior, nos dois polos, se tinha ultrapassado o último escalão, com 26447 pessoas que foram quinzenalmente procurar.

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **ratificação do Protocolo de Cooperação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (proposta nº 29)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor (9 PS, 4 PSD, 2 PCP, 1 BE, 1 CDS-PP e 1 PAN) e 1 abstenção (PSD).-----

----- Seguidamente, concluída a ordem de trabalhos, **A Senhora Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e cinquenta minutos.. -

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1°.SECRETÁRIO_____2°.SECRETÁRIO_____

----- O PRESIDENTE-----